Voz do Brasil

Do Estado Novo ao século XXI

por

Lidiane Leite de Matos

(aluna do curso de Comunicação Social)

Monografia apresentada à disciplina Projetos Experimentais. Orientador Acadêmico: Prof. Álvaro Americano.

UFJF Juiz de Fora 2º sem. 2001

Aos meus pais, pelo apoio e compre-

ensão nos momentos difíceis.

Ao meu noivo e meu anjo, Daniel, por

existir e estar ao meu lado.

Agradecimentos

A Deus, por todas as vezes que atendeu as minhas preces e iluminou o meu caminho...

Ao Álvaro, meu orientador, pelo apoio e compreensão e principalmente por acreditar nesse trabalho.

A todas as pessoas que colaboraram para que este trabalho fosse realizado, especialmente aos editores da *Voz do Brasil*.

S I N O P S E

Histórico do programa *Voz do Brasil.* Análise comparativa entre o programa atual, o *Jornal Nacional* e a *Folha de São Paulo*.

S U M Á R I O

8. ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

A primeira questão que me intrigou a respeito da *Voz do Brasil* foi: por que as pessoas desligam o rádio ao ouvir o tema de *O Guarani*? O que existe neste programa de tão chato e irritante que quase ninguém consegue escutar? Esperava obter uma resposta. Preconceito, baixa qualidade sonora, unilateralismo ou todos os fatores somados eram algumas das hipóteses.

O programa de rádio de caráter oficial mais antigo do mundo carrega em si o peso de quase setenta anos de história. É interessante acompanhar sua evolução através dos tempos, numa trajetória que empolga os mais apaixonados pela história do Brasil. Até hoje, nenhum governo foi capaz de acabar com a *Voz do Brasil*. Podemos alegar que é um canal de comunicação aberto, barato, conveniente e certo, sujeito ao bel-prazer de quem está no poder.

A proposta deste projeto não é desvendar os índices de audiência do programa ou sua penetração. É algo que nem os órgãos de produção do programa sabem definir. O que queremos aqui é entendê-lo, mostrar os caminhos pelos quais passou e o que o fez chegar até os dias atuais. Depois, iremos ver como a *Voz do Brasil* se articula hoje, como é sua produção, de que maneira são abordados diversos temas e como é a sua relação com outros meios de comunicação.

Sem esquecer que a *Voz do Brasil* é um noticiário radiofônico, sabemos que sem entender a trajetória do rádio e as suas características não há meio de avaliar os seus produtos. Por isso o segundo capítulo é um breve histórico do deste importante veículo de comunicação de massa. O terceiro é um histórico da *Voz do Brasil*, relacionando os grandes fatos que marcaram o país com a cobertura realizada pelo programa. O quarto capítulo mostra a estrutura atual da *Voz* através de informações obtidas em entrevistas com os editores de cada um dos seus blocos. Por fim, no quinto capítulo temos uma analise comparativa da *Voz do Brasil* com a *Folha de São Paulo* e o *Jornal Nacional*. Para esta análise, foram utilizadas duas semanas distintas de produção.

É importante lembrar que produzir um trabalho sobre a *Voz do Brasil* é tarefa árdua. São poucos os dados históricos disponíveis sobre o programa, especialmente análises profundas ou simples referências sobre os últimos dez anos. Os arquivos sonoros disponíveis estão desorganizados e são de difícil acesso.

2. A *VOZ* DO RÁDIO

Como foi dito, antes de nos aprofundarmos em nosso objeto de estudo, devemos traçar a história do rádio no Brasil, veículo que serve de base à veiculação da *Voz do Brasil*.

2.1. **Surgimento e consolidação**

Maria Elvira Bonavita Federico, no livro *História da Comunicação: rádio e TV no Brasil*, divide a história do rádio em três fases. A primeira seria do advento da demonstração pública até as primeiras emissoras; a segunda, entre 1935 a 1955, seria o período de consolidação do veículo, do surgimento de seus grandes astros e emissoras; e a terceira fase seria marcada por profundas transformações em decorrência do advento da TV.[1]

Setembro de 1922, Rio de Janeiro. Durante as comemorações do centenário da independência do Brasil realizou-se a primeira transmissão radiofônica no país, com um discurso do presidente Epitácio Pessoa. Ali se iniciava a longa trajetória do meio de comunicação mais popular do Brasil, e, durante muito tempo, o mais forte veículo de informação e disseminação de valores e idéias no país. Embora mais tarde assumisse

[1] FEDERICO, M. 1992.

um caráter tipicamente comercial, o rádio inicia sua trajetória em terras tupiniquins com a missão de educar.

Em 1923, Roquette Pinto fundou a primeira emissora brasileira, na então capital da república, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Roquette Pinto procurou explorar o potencial educativo do rádio, que se apresentava como um meio eficiente para disseminação de cultura e educação por todo país. Porém, o acesso restrito aos aparelhos receptores e a própria produção radiofônica intelectualizada, com uma linguagem pouco acessível, caracterizaram os primeiros programas da Rádio Sociedade como eruditos, um tanto distante das classes populares.

Neste primeiro momento, a radiodifusão era atividade de intelectuais e curiosos. As primeiras emissoras foram fundadas como clubes e associações, uma fase de experimentação e de discussões acerca de um novo veículo.

As experiências que uniam rádio, educação e cultura foram várias. Sônia Virgínia Moreira, no livro *Rádio no Brasil*, relata várias tentativas e modelos de rádio educativa. Em 1933, por exemplo, Anísio Teixeira fundou a Rádio Escola Municipal do Distrito Federal. As aulas eram ministradas na programação e os alunos/ouvintes entravam em contato com a emissora através de cartas, telefones ou visitas. Os ouvintes

inscritos recebiam folhetos e lições pelo correio e retornavam para a emissora os exercícios e trabalhos prontos.[2]

Com a doação, em 1936, da Rádio Sociedade Rio de Janeiro ao governo, que foi rebatizada como Rádio MEC, Getúlio Vargas criou o Serviço de Radiodifusão Educativa, "destinado a promover, permanentemente, a irradiação de programas educativos." [3] O órgão, porém, mantinha relações conflituosas com o recém criado Departamento de Imprensa e Propaganda, DIP, mais interessado na propaganda política e na disseminação de ideologias do governo, como veremos mais tarde. Isso não impediu que vários programas de cunho educativo surgissem em todo país. As experiências não se limitaram ao período de surgimento do rádio, mas prosseguem até hoje.

2.2. **O apogeu do rádio e seu modelo comercial**

Após o momento de curiosidade e experimentação, porque não dizer idealismo, em relação ao novo veículo, o rádio começou a caminhar em direção ao capitalismo e aos moldes comerciais. Vários fatores proporcionaram a consolidação desta nova fase. O presidente Getúlio Vargas, que tinha interesse político no aumento do público, colaborou para a redução dos preços de aparelhos receptores e para conseqüente popularização do meio. Em 1932, um decreto oficializou a veiculação de

[2] MOREIRA, S. 1991: p.17.
[3] Ibidem. p.18.

anúncios. Ainda na década de 30, o Brasil adotou o padrão norte-americano de radiodifusão. Na década de 40, as grandes empresas norte-americanas se instalaram no país e com elas chegaram as agências de publicidade estrangeiras. A Rádio Nacional, emissora de maior expressão nesta segunda fase, passou para o controle do governo, e somando os anúncios deste aos os investimentos da iniciativa privada, se tornou líder de audiência.

Os programas radiofônicos assumiram um novo caráter. Seus patrocinadores tinham os nomes vinculados ao programa, surgindo o *Repórter Esso*, o *Teatro Good-Year*, o *Calendário Kolynos*, o *Recital Johnson*. As radionovelas se tornaram as vedetes da programação, os investimentos tornaram as produções mais elaboradas, profissionais se consagraram e ajudaram a consolidar a linguagem radiofônica no período. Maria Elvira B. Federico relata que a fase de ouro do rádio brasileiro é marcada por uma programação mais agressiva e apelativa às massas. A competição por fatias gordas da verba publicitária acirrava a guerra entre as emissoras, que assumiram um caráter empresarial.[4]

Mas em 1950, o rádio viu seu reinado ameaçado. O magnata das comunicações, Assis Chateaubriand trouxe para o Brasil uma novidade que unia som e imagem. A televisão tirou do rádio uma grande parte dos investimentos e seus profissio-

[4] FEDERICO, M. 1992.

nais. Sem o dinheiro farto dos anunciantes, com um concorrente a altura, o rádio foi obrigado a se reformular. Em meio à crise, uma das saídas era apostar num trunfo: o rádio ainda é capaz de dar informações mais rápido e com um custo de produção menor que a TV.

2.3. **O rádio hoje no Brasil**

No princípio, era a AM. Então veio a TV e o mundo da comunicação já não era mais o mesmo. Para completar, uma nova freqüência, a FM, com uma qualidade superior em som, trouxe novos rumos para o fazer rádio. E agora, com o advento da internet, e das tecnologias digitais, o que vai acontecer?

2.3.1. *Radiojornalismo*

O imediatismo do rádio o beneficia quando o assunto é furo jornalístico. O baixo custo de produção e a facilidade técnica também fazem com que este saia na frente. Com isso, o jornalismo é um largo filão, ainda que na maioria das vezes mal explorado.

Em grande parte das emissoras brasileiras, a produção jornalística é precária e suficiente para atender ao mínimo exigido pela legislação. Faltam investimentos e também interesse dos donos de emissoras, pois mesmo com um baixo custo

em relação à TV e aos meios impressos, a produção de radiojornalismo ainda é mais cara que a produção musical. Com isso, muitas se limitam a retransmitir o sinal de emissoras estatais ou, simplesmente, veicular boletins baseados em jornais, TV e agências de notícias, perdendo, com o isso, a imediaticidade que marca tão fortemente o rádio.

A experiência mais marcante em termos de radiojornalismo no Brasil nos últimos tempos foi a criação da Central Brasileira de Notícias, citada por vários estudiosos como um exemplo de que o radiojornalismo de qualidade e bem estruturado rende lucros. Apostando na idéia de que a solução para aumentar a audiência é a segmentação do público, a CBN foi criada no intuito de atingir as classes A e B. Também procura expandir seus domínios, fazendo a ligação dos eixos Rio - São Paulo – Brasília, mas com sucursais em outras cidades, como Belo Horizonte e Recife. Eduardo Meditsch, que estudou a emissora no livro *O rádio na era da informação*, relata uma pesquisa de audiência realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) em São Paulo, onde ela concorre diretamente com outras emissoras que valorizam o jornalismo. O resultado foi o primeiro lugar em audiência apenas dois anos depois de sua fundação. Prova de que o investimento nessa área pode dar retorno e de que o radiojornalismo tem o seu público.[5]

---

[5] MEDITSCH, E. 2001: p.60.

Boa parte do sucesso da CBN é comumente creditada ao fato de esta fazer parte das Organizações Globo. No entanto, Carlos Eduardo de Moraes Dias ressalta que não é bem assim. Segundo o jornalista Herótodo Barbeiro, um dos idealizadores da emissora, o processo de criação da mesma foi contra o próprio Sistema Globo.[6] Mas a CBN construiu sua credibilidade, ganhou respeito dentro da empresa e, principalmente, deu lucro.

Com isso, Moraes Dias chega a uma conclusão que deveria ser levada a sério pelos donos de emissoras do país

> *É preciso combater a idéia de que o jornalismo no rádio não dá lucro. Se forem feitos investimentos iniciais para a produção de um jornalismo de credibilidade, a audiência e o retorno publicitário serão conseqüências. E então, o lucro dar-se-á dessas duas formas.* [7]

2.3.2. *O rádio AM e FM*

Com o surgimento da TV, e mais tarde, da freqüência modulada, FM, as rádios AM, antes absolutas no ramo, tiveram que se adaptar para seguir caminho. O modelo adotado prioriza a prestação de serviços, o jornalismo e a música. Com um padrão sonoro inferior, a maior parte da programação está voltada para o jornalismo. Nessa faixa, se destacam também figuras populares: os apresentadores.

---

[6] MOREIRA, S. (org) 1999: p. 66.
[7] Ibidem. p. 67.

Existe uma tendência dos radialistas em AM a atender às "súplicas" de seu público ouvinte, buscar respostas das autoridades se tornando, assim, um grande aliado e "amigo" daqueles que necessitam. Tanto que se voltam mais para os problemas do cidadão comum, com ênfase no noticiário esportivo e policial. Não raro, programas abertos à participação dos ouvintes, seja através de cartas ou telefone, se prestam a conselhos, resolução de problemas de saúde, emocionais, etc. Segundo Carlos Eduardo Esch, em programas abertos às denúncias e participação do público,

> *Os microfones das emissoras se transformam em verdadeiras "tribunas livres", nas quais a insatisfação popular se fazia presente, tribunas que ganharam importância e se tornaram referência para segmentos representativos das classes populares.*[8]

Tal atitude, aliada à identificação do apresentador pelo público como o amigo e aliado nas horas difíceis, acaba por criar no Brasil bancadas expressivas de políticos, antes comunicadores, eleitos com a ajuda das ondas do rádio.

Saindo do "clichê AM" e apostando em um novo formato, na década de noventa ganhou força no Brasil emissoras no formato *all news*, destacando-se, como já vimos, a CBN, com divulgação apenas de jornalismo o dia todo.

Já o modelo FM, foi adotado com expressividade durante o Regime Militar, quando o número de concessões nessa faixa aumentou consideravelmente. Inicialmente utilizada como link

---

[8] MOREIRA, S. (org) 1999: p. 71.

para transmissão, tal prática foi proibida em 1968. Com a popularização dos receptores e da freqüência, as rádios FM se especializaram em música e entretenimento. A postura descontraída e a programação baseada de maneira geral em músicas de fácil consumo tornam as FM's excelentes "companhias", pois não exigem atenção do ouvinte. Além do intercâmbio com as gravadoras, para quem a exposição radiofônica é um meio de promoção importante, o setor também se beneficia pelo fato de boa parte da publicidade em rádios brasileiras se concentrar nele.

Outro ponto forte das rádios FM's, de acordo com o modelo atual, é a atração que exerce no público jovem. Emissoras que se expandiram pelo país, como a Transamérica e a Band FM, tem seu sucesso nessa fórmula. É a união entre os *megahits* que ajudam a popularizar e uma linguagem descontraída.

Uma aposta que atrai investimentos são as promoções e os eventos. Nélia R. Del Bianco explica que as promoções são uma boa forma de atrair anunciantes, pois estimulam o público ouvinte. A produção de megaeventos também traz benefícios às rádios, tanto no sentido de fortalecer sua marca quando no de "incrementar a venda de espaço na programação".[9]

2.4. **Perspectivas para o futuro**

[9] MOREIRA, S. (org) 1999: p. 192.

A década de noventa foi um período de grandes revoluções tecnológicas em todo o mundo. O advento da internet talvez tenha sido, para os meios de comunicação, um dos eventos mais marcantes. Além disso, assistimos agora a crescente digitalização da produção. Nos últimos dez anos, passamos da máquina de escrever ao computador, da transmissão de dados analógica à digital, do LP ao CD, das fitas de rolo ao MD, do vídeo cassete ao DVD... As transmissões via satélite também oferecem possibilidades antes impensáveis.

Com isso, nesse início de século temos um cenário desafiador: a digitalização, que permite o aumento de freqüências num espectro atualmente saturado e uma alta qualidade no processo de produção; o advento da internet, que traz novas possibilidades e uma nova visão a todos os meios; e o aperfeiçoamento das transmissões via satélite, que permitem a expansão das emissoras além do âmbito local.

O rádio no Brasil é o meio de comunicação mais defasado, distante a anos-luz em modernização da TV ou dos meios impressos.

> *Esse retardamento da modernização radiofônica poderá, a curto prazo, forçar o veículo a queimar a etapa de transição (de um período de convivência dos equipamentos convencionais com os computadores) vivida pela imprensa e pela televisão. Isso provocará um impacto traumático nos seus recursos humanos porque exigirá uma mudança imediata de conhecimento.*[10]

---

[10] MOREIRA, S. (org) 1999: p. 43.

De fato, muitas emissoras ainda trabalham com aparelhagens defasadas, de baixo custo, mas também com um padrão que não irá sobreviver por muito tempo. Com isso, as que desejarem se manter competitivas terão que se adaptar, o que pode provocar um impacto muito forte em âmbitos financeiros (investimentos) e pessoal.

A digitalização não se limita, porém, aos meios de produção. Ela se estende a transmissão de dados, na tentativa de aumentar a disponibilidade de faixas. A tecnologia dos *chips* foi passo principal para comprimir informações, transformando o sinal analógico em digital, aumentando em até dez vezes a capacidade de uma freqüência.[11] O sistema digital também permite maior qualidade na transmissão, pois a perda natural que ocorre no processo analógico é inexiste na nova tecnologia.

A internet, a grande inovação dos últimos tempos que se impôs como um novo meio de comunicação, trouxe influências também para o rádio. Embora o rádio ainda tenha mais permeabilidade, com acesso mais popularizado, a internet chega com a possibilidade de transmitir informações com extrema rapidez para um meio predominantemente textual. Seu grande trunfo é a capacidade de se expor ao mundo todo. Isso, aliado às constantes transformações nas tecnologias de transmissão de áudio e vídeo pela rede, abrem novas janelas ao rádio.

---

[11] Ibidem. p. 47-48.

Várias emissoras brasileiras já entraram na *web*. Sônia Virgínia Moreira destaca que muitas delas se limitam a divulgar informações sobre a estação, com alguns *links*. Outras, porém, além disso,

> *anunciam concursos e listas de músicas mais tocadas, recebem pedidos de músicas, comentários dos ouvintes e organizam arquivos de programas.*[12]

Outras vão além e prestam serviços ao público, como previsão do tempo ou notícias, e disponibilizam sua programação ao vivo. Isso dá à rádio uma dimensão maior, pois se costumeiramente estão associadas ao local ou regional, passam agora a ser acessadas de qualquer parte do mundo. A qualidade do som tende a ser maior neste tipo de transmissão, ainda que no Brasil as formas acesso mais comuns não sejam adequadas a esse tipo de recepção, sujeita à falhas pela velocidade de conexão.

Ainda que boa parte dos *sites* esteja ligada a emissoras já existentes, algumas experiências exclusivamente de internet já despontam no cenário mundial. O programa *Real Player*, o aplicativo mais popular para recepção de áudio e vídeo em tempo real, disponibiliza canais de entrevistas, variedades, verdadeiras rádios on-line. Nos Estados Unidos, a AudioNet (*The Broadcast Network on Internet*), foi em 1995 "a primeira companhia a investir pesado na tecnologia de transmissão de rádio e TV *on-line*".[13] Ainda que vinculada a emissoras locais

[12] ZAREMBA, L. (org) 1999: p. 125.
[13] Ibidem. p. 127.

americanas, seu pioneirismo é reconhecido pelo esforço em trabalhar o produto internet e suas possibilidades.

No Brasil, temos transmissões *on line* desde a *Voz do Brasil*[14] até de programas criados exclusivamente para a internet, como o *Manguetronic Internet*, do Universo On Line.[15] Há ainda aquelas emissoras que disponibilizam sua programação ao vivo, 24 horas por dia.[16]

Além da internet, existe um fenômeno curioso e pouco estudado. Com as transmissões via satélite e a crescimentos das TVs por assinatura, surgiu um novo tipo de recepção. Os canais de áudio disponibilizados neste produto transmitem não apenas programação musical segmentada, mas também o sinal de emissoras de rádio de várias partes do Brasil e do mundo.

Com o aumento da capacidade de se transmitir informações, com mais possibilidades de faixas dentro de uma mesma freqüência, ou de receber por outros meios a programação de determinada emissora, aumentam também as possibilidades e a competitividade. Com isso, o mercado ganha fôlego.

---

[14] http://www.radiobras.gov.br
[15] http://www.uol.com.br
[16] Algumas emissoras que adotam tal prática: CBN, Jovem Pan, 89 FM.

3. A *VOZ* NO RÁDIO

A existência da *Voz do Brasil* já conta quase setenta anos. O programa sobreviveu a vários regimes políticos e momentos turbulentos no país.

3.1. **Nascimento**

Não se tem um registro exato da primeira vez que a *Voz no Brasil*, na época *Hora do Brasil*, foi ao ar. Sabe-se que foi no final de julho de 1935, um programa de uma hora de duração que ainda não era transmitido em cadeia nacional. Em sua primeira transmissão, entraram em cadeia apenas oito emissoras: PRA-2, PRA-3, PRA-9, PRP-7, PRC-8, PRE-2, PRD-2 e PRF-5.[17] O programa só começou a ser transmitido para todo o país em janeiro de 1938, o que deu ao programa o título de mais antigo de caráter oficial do Brasil.

A *Hora do Brasil* surgiu no governo de Getúlio Vargas, pouco antes da implementação do Estado Novo, quando ganhou força. Na década de 30 o país sofria intensas mudanças nas relações sócio-econômicas e políticas. Era o fim da "República do Café com Leite", o Brasil experimentava o crescimento industrial e a explosão demográfica urbana decorrente, em parte, dos efeitos da Primeira Guerra Mundial.

[17] PEROSA, L. 1995: p.44.

O rádio também se destaca nesse contexto. Na Europa, Hitler já o utilizava como poderoso veículo difusor de ideologias. O nazismo foi o primeiro a usar o rádio como instrumento político. Para atingir seus objetivos, procurava apelar para os sentimentos dos alemães, fórmula que seria utilizada também por Getúlio.

3.1.1. *O rádio, o Estado Novo e a* Hora do Brasil

No Brasil, Getúlio Vargas viu no rádio sua função econômica e política. Empenhou-se, então, em expandir a rede de emissoras por todo o país e criou o sistema de concessão de canais, o que permitia manter sobre as emissoras o controle do Estado. Com o Golpe de 1937, o rádio começou a se estruturar no Brasil conforme os moldes nazistas e se tornou o principal difusor da ideologia modernizadora do país.

As mudanças que aconteceram na década de 30 exigiram que o Estado assumisse o papel de defensor dos interesses dos grupos dominantes. A crise de hegemonia dos setores detentores do poder na sociedade gerou um quadro de instabilidade dentro do Governo. De um lado, a Revolução Constitucionalista representava a reação da direita deslocada do poder, de outro, a esquerda se unia sob a liderança de Luís Carlos Prestes na Aliança Nacional Libertadora. Em Getúlio, a Aliança Integralista, movimento de tendências facistas, buscou res-

paldo. Na Europa, as democracias perdiam espaço e o nazi-fascismo ganhava força. Foram essas as condições que permitiram a Getúlio criar o Estado Novo.

Como forma de auxiliar a legitimação do Estado, Getúlio criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o Código de Imprensa. A *Hora do Brasil*, até então restrita à capital, passou a ser transmitida em cadeia nacional. A estratégia de comunicação do Estado Novo era aumentar o número de emissoras, a propaganda do Governo, proibir as referências desrespeitosas ao mesmo e, através do sistema de concessão de canais, manter o poder de controle sobre o sistema de radiodifusão.

É Antônio Pedro Tota quem fala sobre a função do DIP, órgão censor do governo. A ele cabia

> *centralizar, orientar e superintender a propaganda nacional interna ou externa e servir permanentemente como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas.*[18]

A censura proibia assuntos como greves e prisões. Nos jornais, notas pagas defendiam o Governo. Nas redações, um "censor de plantão" cuidava para que nada "impróprio" fosse divulgado. Em 1939 a transmissão da *Hora do Brasil* passou a ser obrigatória. O programa, com uma hora e quinze minutos de duração, teve Luiz Jatobá como seu primeiro locutor. Lourival Fontes foi o seu idealizador, uma parte do projeto de fazer no Brasil algo parecido com o que Mussolini fez na Itália. A

[18] TOTA, A. Cf.: PEROSA, L. 1995: p.40.

Hora do Brasil era, então, o espaço para divulgar os discursos do presidente, a boa música e a boa literatura. Para isso, contava com a participação de artistas de renome, estratégia de exaltação nacional e atração da audiência.

As estratégias funcionaram. O programa ganhou grande popularidade no interior do país. O rádio se expandiu através da política de Getúlio para além dos centros políticos. Segundo o DIP, nas pequenas cidades a população se reunia na praça esperando pela *Hora do Brasil*. Nada espantoso para os moldes de comunicação em que o Governo se baseou. Palavras de Getúlio:

> *O governo da União procurará entender-se a propósito com os Estados e municípios de modo que mesmo nas pequenas aglomerações sejam instalados radioceptores providos de alto-falantes em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem idade, momentos de educação política social, informações úteis aos seus negócios e toda sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da Nação. A iniciativa mais se recomenda quando considerarmos o fato de não existir no Brasil imprensa de divulgação nacional. São diversas e distantes as zonas do interior e a maioria delas se dispõe de imprensa própria, vinculando apenas notícias de caráter regional.*
>
> *À radiotelefonia está reservado o papel de interessar a todos por tudo quanto se passa no Brasil.*[19]

3.1.2. *A serviço da "Ordem e Progresso"*

Uma das marcas da política brasileira do século XX foi o populismo. Na nossa história, seu maior ícone

[19] PEROSA, L. 1995: p.47.

foi Getúlio Vargas. A *Hora do Brasil* se prestou bem a essa ideologia. Getúlio, o eterno "Pai dos Pobres", criou as leis trabalhistas para amenizar a luta de classes. Fez o povo brasileiro acreditar que no país todos eram iguais, que não havia pobres nem ricos. A idéia era a de que o Estado estava ali junto ao povo, em contato direto com a massa e era preciso manter a ordem, o que significa extinguir os conflitos. O trabalho bem desempenhado era sinônimo de progresso. E o Governo, o benfeitor que zelava por todos.

Nas capitais a imprensa, mesmo censurada, formava opinião a respeito do Governo. Mas, e nas distantes e isoladas cidades do interior? O rádio, elemento de integração nacional, dava voz à *Hora do Brasil*, muitas vezes a única fonte de informação sobre o governo. Getúlio era adorado pela massa, mas isso não foi o suficiente para manter o seu poder.

3.2. **Populismo**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, caiu o Estado Novo e os Estados Unidos tornaram-se o novo modelo de desenvolvimento. Os partidos políticos voltaram a ganhar força e se reorganizaram. Eurico Gaspar Dutra assumiu o poder e a *Hora do Brasil* acabou sofrendo o seu primeiro impacto.

3.2.1. *A* Voz do Brasil

Em seis de setembro de 1946 a *Hora do Brasil* se transformou em *Voz do Brasil*. A mudança fez parte de uma reestruturação para desvincular o programa da imagem de Getúlio. O Congresso Nacional ganhou um espaço de dez minutos. Com o fim do DIP, o programa ficou sob a responsabilidade por cerca de um ano de seu sucessor, o Departamento Nacional de Informações, DNI. Em seguida, passou à Agência Nacional, que já fazia toda a produção do programa, mas se antes estava subordinada ao DNI, agora ganhava autonomia.

Nesse período a *Voz do Brasil* se destacou na cobertura da redação e promulgação da nova constituição, afinal, era o veículo de formação oficial do Governo. Pela primeira vez o Partido Comunista Brasileiro, PCB, conseguiu expressão no programa, pois elegeu um número suficiente de deputados. Mas a euforia democrática durou pouco. Em 1947 o PCB foi posto novamente na ilegalidade, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a então União Soviética, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) foi extinta. O Governo assumiu claramente uma política de valorização das empresas privadas e a economia foi reaberta ao capital estrangeiro.

Devemos lembrar que na década de 40, o radiojornalismo ganhou força no Brasil. Surgiram, então, jornais como o *Repórter Esso*, o *Grande Jornal Falado Tupi* e o *Matutino Tupi*. Mas a *Voz do Brasil* não acompanhou essa revolução. A leitura

monótona de textos densos, sempre feita por um locutor em tom linear, tendo como base os decretos governamentais e os discursos políticos estavam bem distantes da nova forma de se fazer radiojornalismo no país. Segundo Lílian Maria de Lima Perosa

> *Fato em grande parte explicável pelo vínculo da* Voz do Brasil *com o aparelho burocrático-estatal, caracteristicamente conservantista-autoritário, e pelo caráter compulsório do programa, que lhe garantia a exclusividade nacional no horário.*[20]

3.2.2. *Getúlio Vargas reassume o poder*

Com o slogan "O Petróleo é nosso", Getúlio Vargas foi eleito novamente presidente. Seu retorno marcou uma era de reaproximação com as massas. O Congresso Nacional se fortaleceu, as disputas por espaço no governo personalizaram a vida política. Como reflexo dessa situação, a *Voz do Brasil* passou a valorizar, numa política bem populista, mais os nomes que os fatos essenciais. Dessa forma, medidas como a criação da Petrobrás ou a revisão do salário mínimo, em 1953, foram tratadas pelo programa como presentes de Getúlio para o povo.

O Legislativo continuou com seu espaço, onde eram divulgados os discursos de deputados e senadores. Aqui também se destacou o personalismo político. O tempo disponível era

[20] PEROSA, L. 1995: p.63.

importante para que articuladores políticos, como Carlos Lacerda, líder da UDN e principal adversário de Vargas, mostrassem suas idéias. Foi a voz que encontraria eco na crise que culminou com a morte de Getúlio.

O segundo mandato Getúlio foi marcado pela valorização do desenvolvimento nacionalista e por medidas sociodemocráticas, que o tornaram tão popular entre as massas. Mas foram justamente essas atitudes que irritaram profundamente as classes mais altas da sociedade, em especial aquelas ligadas a UDN, chegando até à classe média, apavorada com a "ameaça comunista". Nesse momento desencadeou-se uma campanha contra Getúlio e vários escândalos do Governo foram denunciados por jornais oposicionistas. A inflação aumentou, a insatisfação popular crescia à medida que o poder de compra do salário mínimo diminuía. O atentado a Carlos Lacerda, em cinco de agosto de 1954, no qual morreu o major Rubens Florentino Vaz, agravaram a situação.

A *Voz do Brasil*, na parte dedicada ao Executivo, só divulgava aquilo que era de interesse do Governo. Tanto que no programa de treze de agosto, Lutero Vargas, filho do presidente e principal acusado pelo atentado a Lacerda se defendeu

> *Nesta hora em que a insânia de maus brasileiros, trabalhados por ódios pessoais e mesquinhos, procura envolver meu nome numa trama engendrada e por eles próprios urdida, venho, diante da opinião pública denunciar essa manobra.*[21]

[21] PEROSA, L. 1995: p.66.

Em 24 de agosto de 1954, Getúlio suicida, e a Carta Testamento é lida integralmente na *Voz do Brasil*. João Café Filho assumiu o poder pressionado por donos de emissoras de rádio de todo país a acabar com o programa. Assim o faz, baixando um decreto que extinguiu a *Voz do Brasil*. Tão logo a notícia foi divulgada às rádios, aos jornais e às emissoras de TV, Café Filho voltou atrás, pois precisou fazer um pronunciamento só possível através do programa.

Em seu curto governo, Café Filho favoreceu as corporações multinacionais, permitindo que estas importassem o equipamento necessário para a produção de bens considerados prioritários com redução de taxas e isenção de impostos.

3.2.3. *JK, Jânio e Jango*

Depois da morte de Getúlio e do curto mandato de Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart deram continuidade ao período conhecido pelos historiadores como populismo, que terminou com o Golpe de 1964.

Se Juscelino foi marcado pela disposição em modernizar o Brasil e fazê-lo crescer, além de mudar a nossa capital do Rio de Janeiro para Brasília, Jânio ficou conhecido pelas suas excentricidades e pela inesperada renúncia. E João Goulart, apesar das tentativas em implementar as *Reformas de*

Base, viu seu poder cerceado por um regime parlamentarista imposto e, mais tarde, seu mandato encerrado por um golpe militar.

3.2.3.1. Cinqüenta anos em cinco

Juscelino Kubitschek foi eleito presidente em meio à euforia modernizadora do país. Seu *Plano de Metas* foi amplamente divulgado pela *Voz do Brasil*, sempre enfatizando seu caráter de redenção nacional, de libertador do subdesenvolvimento. O programa entrou no ritmo "cinqüenta anos em cinco". Serviu de palco para as justificativas e defesa do Governo em relação às medidas necessárias para a realização do plano.

No cenário político, os investimentos do capital externo foram a alavanca que impulsionaram o desenvolvimento nacional. Os setores beneficiados pelo *Plano de Metas* foram basicamente o de energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação, com ênfase na instalação de grandes indústrias automobilísticas multinacionais. Mas a "menina dos olhos" de JK era a construção da nova capital, Brasília, que iria substituir o Rio de Janeiro.

Com efeito, Brasília foi inaugurada em 21 de abril de 1960. Mas já em 1952 a Agência Nacional havia mandado repórteres e redatores para a futura capital, cobrindo sua cons-

trução. Na inauguração, a *Voz do Brasil* apresentou uma grande reportagem sobre esse momento histórico, com retransmissão, inclusive, pela Rádio Vaticano e as bênçãos do Papa João XXIII. No mesmo ano, o programa registrou com detalhes a visita do presidente americano Eisenhower ao Brasil e, já no final do governo, o rompimento com o Fundo Monetário Internacional, FMI, que se mostrava como obstáculo para realização do *Plano de Metas*.

3.2.3.2. Varre, varre, vassourinha

Com o fim do Governo JK, surgiu a vassourinha de Jânio Quadros com propostas de moralizar o Brasil e livrá-lo de toda corrupção. No curto governo de Jânio, a *Voz do Brasil* foi marcada por um estilo autoritário, moralista e personificado, um espelho do presidente. Foram seis meses polêmicos: Jânio reatou com o FMI e cumpriu rigorosamente o plano estabelecido, com restrições salariais, corte de incentivos a cafeicultores, câmbio unificado e inflação controlada. A população, sacrificada com o plano, tinha de ser esclarecida. E para convencê-los de que todo esforço seria válido, Jânio se apoiou em valores morais e na exaltação do povo, segundo ele: "um povo bom, um povo excepcional, trabalhador e honesto", pedindo, é claro, a compreensão de todos.

Nesse momento, a *Voz do Brasil*, como veículo oficial, se ocupou da jornada moralizadora do presidente, veiculando seus famosos decretos que proibiram o lança-perfume, os desfiles com maiô cavado, as brigas de galo, entre outros. Mas o grande marco para cobertura jornalística do programa foi a condecoração do guerrilheiro e ministro da Economia de Cuba, Ernesto "Che" Guevara, com a maior de todas as honrarias do país, a grã-cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, em agosto de 1961. Essa atitude não foi bem recebida por setores conservadores da sociedade, inclusive pela imprensa. A ameaça comunista estava no ar. O país enfrentava uma crise de poder, o populismo já não se mostrava tão eficaz, a inflação ficou incontrolável, a dívida externa exorbitante. Seis meses após assumir o cargo, Jânio Quadros acabou renunciando.

3.2.3.3. João Goulart

Jango assumiu o governo em meio a uma crise político institucional. À *Voz do Brasil*, restou registrar todo o impasse criado com sua posse. João Goulart foi submetido a um governo de poderes limitados, sob o regime parlamentarista. A justificativa dos grupos políticos dominantes seria evitar um golpe militar, já que esse setor, junto à Igreja, se mostrava cada vez mais influente no país.

Uma série de medidas procurando atingir os setores bancário, agrário, eleitoral, fiscal e administrativo, as *Reformas de Base*, foram levadas a frente numa tentativa de fortalecer o país, garantindo sua autonomia e dando continuidade à política nacional-desenvolvimentista. Na *Voz do Brasil*, os discursos do presidente a favor da autonomia nacional ganharam destaque e repercussão. Através do programa, medidas governamentais foram anunciadas, surpreendendo os setores progressistas por condizerem com as promessas do Governo, mesmo atado por um Conselho de Ministros conservador. Segundo Lílian Perosa

> *...a* Voz do Brasil *transmitiu nacionalmente a posição contrária do Brasil a qualquer forma de sanção militar, econômica ou rompimento das relações comerciais e diplomáticas com Cuba, proposta pelos Estados Unidos da América, durante a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Punta Del Este, Uruguai.*[22]

Mesmo reconhecendo publicamente que no Brasil não cabia um regime marxista-leninista, o Governo não conseguiu acalmar os setores de direita. Ainda assim, em 23 de janeiro de 1963, a *Voz do Brasil* anunciava a revogação da emenda que determinava o regime parlamentarista. Jango tinha a presidência e todos os seus poderes. Ele lançou, então, o *Plano Trienal* com a intenção de combater a inflação, melhorar a distribuição de renda, proporcionar o desenvolvimento e o crescimento econômico. O plano fracassou e, diante da insatisfação geral da

[22] PEROSA, L. 1995: p.80.

nação, Jango pôs em pauta novamente as *Reformas de Base* e a Reforma Agrária. A cada nova medida e lei, sempre anunciadas pela *Voz do Brasil*, o presidente ia acirrando os temores da burguesia, do capital estrangeiro, dos conservadores: em janeiro de 1964, o presidente regulamentou a lei que controla a saída de remessas de lucros, controlando as atividades do capital estrangeiro; através de decreto, determinou a revisão de todos as concessões do governo para exploração mineral, na época monopólio de empresas estrangeiras. Para completar, em março, o programa realizou a cobertura completa do comício da Central do Brasil. O evento, organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e pela Assessoria Sindical da Presidência foi um grande marco na história política brasileira: demonstrava o grau de politização a que chegava a sociedade, perigoso para interesses políticos dominantes. Para reverter o quadro, disseminou-se a teoria do "caos", da "subversão", da "crise de autoridade", da "ameaça comunista". Fato que culminou, em 31 de março de 1964, com o Golpe Militar. Da água para o vinho, a *Voz do Brasil* anunciou a "revolução" e a posse da Junta Militar.

3.3. **Ditadura Militar**

Em 31 de março de 1964 os militares assumiram o poder no Brasil, com tropas partindo de Juiz de Fora, insti-

tuindo um longo período de 24 anos de ditadura. O grau de repressão e censura variaram, culminando com o AI-5. Espaço aberto diariamente, a *Voz do Brasil* serviu mais uma vez de palco perfeito a propaganda do Governo. A idéia era manter o país seguro contra a "ameaça externa", garantindo o desenvolvimento com a ajuda da tecnologia e do capital externos.

3.3.1. *Um breve panorama: a* Voz *na Ditadura*

No primeiro governo do Regime Militar, o programa *Voz do Brasil* passou a ser de responsabilidade da Assessoria de Relações Públicas do Presidente da República (AERP). O órgão de comunicação federal cresceu no governo Médici, centralizando toda a propaganda do governo. Sua política de trabalho se baseava em princípios de legitimidade, impessoalidade, verdade, integração e eficiência. A propaganda oficial buscava, então, técnicas de apresentação mais modernas, de acordo com a proposta desenvolvimentista do regime. Nessa época, a TV também passou a ser obrigada a conceder espaço para a propaganda.

A *Voz do Brasil* privilegiou neste período, mais os fatos que os nomes, na tentativa de demonstrar impessoalidade e compromisso com a verdade. A busca pela objetividade jornalística se apoiou na ausência de discussão crítica e na utilização em larga escala de dados numéricos, que diziam a

"verdade" por si. O que se buscava era o consenso e o apoio da população, ignorando as desigualdades sociais. O propósito de integração nacional era a mola propulsora do país. A censura impedia a divulgação de notícias que abalassem a imagem de desenvolvimento.

Em 1971, uma pesquisa encomendada pela AERP sobre a audiência da *Voz do Brasil* revelou que só 8% dos entrevistados ouviam regularmente o programa, enquanto 51% não ouviam e 41% o faziam raramente.[23] Mesmo que a TV, não o rádio, fosse o veículo mais importante na disseminação da ideologia em vigor, tendo tal pesquisa se limitado ao meio rural, onde se supunha que a penetração do programa era maior, esses dados não poderiam ser desprezados. Além disso, constatou-se que o estilo pouco tinha mudado desde sua criação, ignorando, como já foi dito anteriormente, as novas técnicas de radiojornalismo e produção radiofônica.

Para reverter o quadro, algumas mudanças ocorreram na *Voz do Brasil*. A abertura, tradicionalmente a ópera *O Guarani*, de Carlos Gomes, foi substituída pelo *Hino da Independência*. Dez minutos foram reservados ao *Jornal Nacional*, com notícias de maior importância, de caráter oficial ou não, no âmbito nacional ou internacional. Vinhetas musicais foram incorporadas entre as notícias do governo. O programa também deu grande destaque, em especial durante a Copa do Mundo de

---

[23] PEROSA, L. 1995: p.95.

1970, ao noticiário esportivo. Com a produção dividida entre Rio de Janeiro e Brasília, além de sucursais em todos os estados, a *Voz do Brasil* pretendia se tornar a difusora da "boa notícia tecnicamente inquestionável".

A euforia em torno do desempenho da seleção na Copa de 70 fez com que a produção da *Voz do Brasil* criasse o quadro *O Brasil na Copa do Mundo*, com cinco minutos de duração. No dia da vitória, o programa foi todo dedicado à conquista do título. O sucesso da experiência fez com que as pautas também dessem voz à divulgação de valores patrióticos, como o carnaval, o futebol e símbolos nacionais.

3.3.2. *O Milagre Econômico*

Durante a Ditadura, o país do futebol conheceu os seus anos de esplendor econômico, com crescimento e desenvolvimento jamais igualados em sua história, porém altamente questionável. Era o milagre brasileiro, quando as estatísticas mostravam a melhoria de índices sociais e econômicos. Os atos do governo eram noticiados pela *Voz* que reafirmava sua importância para a nação através dos dados numéricos do milagre brasileiro. Assim, as manobras do governo eram justificadas. Ao poder Legislativo, engessado pelo Executivo, cabia reiterar suas deliberações. Enquanto isso, a *Voz do Brasil* seguia com sua postura aparentemente neutra de mero

informativo dos fatos, divulgando ou mascarando dados oficiais.

3.3.3. *AI-5: o auge da repressão*

No final de 1968 o regime militar decretou o mais repressor dos atos institucionais, o AI-5. O anúncio do decreto foi transmitido em cadeia nacional de rádio e televisão pelo locutor Alberto Cúri e após o anúncio a *Voz do Brasil* transmitiu o pronunciamento do ministro da Justiça, Gama e Silva. O programa também anunciou, com exclusividade, a primeira lista de cassações. Um fato dramático, mas que rendeu bons índices de audiência. Com a divulgação de outras listas, as pessoas esperavam pelo programa para saber quem foi cassado.

Com a censura em seu apogeu, nem mesmo o noticiário radiofônico oficial do governo ficou ileso. Determinadas expressões e vários nomes, como o de Juscelino Kubitschek e o de Dom Hélder Câmara, não podiam ser mencionados. Os repórteres apenas registravam os fatos passivamente, sob pena de demissão. Alguns funcionários chegaram a ser demitidos por "fazerem perguntas demais". Explique-se: perguntas além das previstas ou consideradas ofensivas por personalidades do governo que no momento serviam como fonte. A autocensura praticada na redação da *Voz* chegou a tal ponto que "a apatia do fato

jornalístico tornar-se-ia um traço cultural marcante, mesmo após o fim do regime autoritário." [24] O programa deveria ser um exemplo a ser seguido pelos meios de comunicação de massa.

3.3.4. *A* Voz*, o Legislativo e o processo de abertura*

O ato institucional nº 2 dividiu a política brasileira em dois únicos partidos: Arena e MDB. No poder Legislativo, a situação era delicada. Mesmo livres da censura, as duas casas do Congresso Nacional preferiram utilizar com cautela o tempo disponível na *Voz do Brasil*. Os temas abordados jamais deveriam constranger ou criar conflitos com o Executivo. Ainda assim, listas de nomes proibidos chegaram às respectivas redações, e, embora por lei a divulgação dos discursos do Congresso não pudesse ser censurada, a Câmara dos Deputados adotou a restrição por cautela. A Arena, como partido do governo, tinha mais espaço no Congresso, e, conseqüentemente, na *Voz*.

Para o Congresso Nacional, a *Voz do Brasil* era um espaço certo de divulgação de suas atividades, projetos e discussões. Tanto que, em 1973, teve-se notícia de um projeto do Ministério das Comunicações tornando a transmissão do programa facultativa. O veto foi unânime, sob a alegação de ser este o único meio de expressão livre da casa, além do *Diário*

[24] PEROSA, L. 1995: p.111.

do Congresso. Aliás, até hoje, como veremos mais adiante, são os deputados e senadores os ferrenhos defensores da obrigatoriedade do programa. É dessa época o primeiro projeto de lei que propunha a extensão do noticiário oficial também à TV, com duração de meia hora.

Já com Ernesto Geisel no poder, que assumiu em 1974, o Brasil se deparou com o fim do milagre econômico, enfrentando uma crise política, econômica e social. Começou, então, o processo de abertura "lenta, gradual e segura", que chegaria mais tarde à fase da democracia social.

Janeiro de 1979 marcou o fim do AI-5. O alívio da censura não significou, no entanto, o fim da repressão. O Congresso Nacional foi o mais atingido com as medidas tomadas neste período. A Lei Falcão, de 1976, restringiu a propaganda eleitoral no rádio e na TV. Durante o governo Figueiredo, o Exército foi acionado para pressionar o Congresso durante a votação da Emenda Dante de Oliveira, que garantiria as eleições diretas. Venceu o Governo. Mesmo a anistia, que deveria beneficiar vários presos políticos e exilados, não foi tão abrangente quanto poderia. O Brasil viu o colapso de um modelo de governo, mergulhado em uma crise econômica, a espera da redemocratização.

A *Voz do Brasil* acompanhava tudo, noticiando somente o que era desejado pelo Governo e já impregnada por uma visão seletiva de comedimento e autocensura, na tentativa de fazer

crer que tudo era certo e necessário, ou simplesmente ignorando manifestações públicas a favor da abertura.

Nos governos de Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo, aconteceram algumas mudanças nos órgãos e empresas de comunicação do governo. Geisel instituiu a Assessoria de Imprensa e Relações Públicas (AIRP), substituindo a AERP, que passou a ser o órgão máximo de comunicação social do poder Executivo. Já Figueiredo criou a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), com *status* de ministério. Na crença de que a legitimação popular do governo viria com a transparência na divulgação de seus atos, a SECOM restabeleceu a liberdade de imprensa. Outra medida foi extinguir a Agência Nacional, e em seu lugar criar a Empresa Brasileira de Notícias, EBN, que além atuar com a agência de notícias do Governo também passou a ser responsável pela produção da *Voz do Brasil*.

No entanto, as mudanças não refletiram de forma significativa na forma de abordagem nos temas no programa. Ao contrário, o material divulgado ficou a mercê de um oficialismo excessivo. Qualquer fato só era levado ao ar com a confirmação de uma fonte oficial do governo. O que não fosse confirmado era ignorado. Questões exaustivamente discutidas no país, como a Reforma Agrária, eram abordados de maneira irre-

al, favorecendo o governo, ignorando a violência no campo e os conflitos pela posse de terras.[25]

Em 1981, a SECOM foi extinta e a EBN ficou subordinada ao Ministério da Justiça. Novamente, a *Voz do Brasil* passou por mudanças, mas nada substancial em termos de conteúdo.

> *Nesse sentido, o programa oficial tentou assumir características de um radiojornalismo mais dinâmico, ao estilo das emissoras privadas. Para tanto, foram introduzidas vinhetas (pequenas ilustrações musicais intranoticiário), a participação direta do repórter na apresentação da notícia e gravações de entrevistas ou depoimentos com membros do governo. Além disso, a apresentação do noticiário ficou atribuída a dois locutores, um homem e uma mulher, para suprimir o tom linear de uma única locução masculina.*[26]

As restrições, agora "orientações", continuaram se aplicando. Nas eleições de 1984, a postura assumida pela EBN foi de apoio claro ao candidato do governo, Paulo Maluf, ficando a *Voz do Brasil* proibida dar informações sobre o adversário Tancredo Neves. Como sabemos, a campanha do Governo acabaria fracassando.

3.4. **A nova república**

Os eventos que marcaram a sucessão presidencial em 1985 entraram para a história. O povo se decepcionou com o veto da Emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para o substituto de Figueiredo, decepção amenizada com a

[25] PEROSA, L. 1995: p.125.
[26] Ibidem. p.126.

vitória de Tancredo Neves, eleito indiretamente, mas candidato da "oposição". As expectativas em torno do novo governo por vir sofreram um grande abalo com a doença do presidente eleito e a impossibilidade deste comparecer à posse. Com isso, assumiu o vice-presidente José Sarney, que mais tarde, com a morte de Tancredo, veio de fato a exercer o cargo e conduzir o Brasil no processo de redemocratização.

3.4.1. *Sarney*

Sarney assumiu com o compromisso duplo de garantir às classes dominantes políticas econômicas de acordo com o modelo de desenvolvimento proposto durante os governos militares e restaurar a sociedade seus direitos de cidadania. As prioridades eram o restabelecimento de eleições diretas, a redação de uma nova constituinte, o combate à inflação, a reforma agrária e a reprogramação da dívida externa.

No cenário político, a pluridade partidária colocou em cena legendas mais progressistas, como o PT e o PDT, embora a maioria do Congresso Nacional se mantivesse conservadora. No campo econômico, o *Plano de Estabilização Econômica*, mais conhecido como *Plano Cruzado*, parecia finalmente ser a solução. Apesar da euforia inicial, da mobilização popular em torno do "tem que dar certo", ele se mostrou ineficaz contra a crise. A população sofreu novamente com o arrocho salarial e com as

restrições impostas pelos acordos com o FMI. Para completar, a gestão Sarney foi marcada por uma política excessivamente clientelista a fim de garantir a aprovação das medidas do governo.

Por outro lado, a liberdade proporcionada com o fim do autoritarismo e a movimentação da sociedade farta dos anos de repressão permitiram que instituições representativas se organizassem livremente e ganhassem força, como os sindicatos.

Nos novos rumos da Nova República a *Voz do Brasil* também buscou o seu caminho. O que não foi suficiente, apesar de em alguns momentos mostrar uma tendência mais progressista, para mudar o seu caráter unilateral e conservador. O que não significa, no entanto, que não se admitia a necessidade de modernização e maior clareza na comunicação oficial.

Para a *Voz do Brasil*, as propostas de reformulação incluíam a descentralização, com a inserção de noticiário local e regional, intercâmbio com agências de outros países e maior integração com a rede de TV e rádios educativas.

A reforma começou pela abertura, com a volta do tema de *O Guarani*. Para tornar o programa mais agradável, adotou-se um estilo de narração mais natural, com uma linguagem mais descontraída e direta. Foram criadas vinhetas com instrumentos regionais e abriu-se espaço para a prestação de serviço, além de quadros como *O Brasil e a Constituinte* e *Brasil Entrevistas*. Na parte de produção, adotou-se o sistema de pau-

tas, a identificação do repórter no final da matéria com a realização de gravações onde o fato ocorre. Começaram também as reuniões entre a equipe de jornalismo, os partidos de oposição ganharam espaço e o critério de seleção de notícias passou ser mais jornalístico. Apesar da liberdade inovadora, os funcionários sofriam com o costume da autocensura. Não somente por parte deles, como também de suas fontes, que a princípio chegavam a repreender determinadas perguntas, mas lentamente foram se acostumando com a nova política de comunicação do governo.

O período delicado de transição entre um regime autoritário e um democrático foi guiado no Brasil pela elite no poder, e não pelo povo, como poderia ter sido. Essa "revolução pelo alto" refletiu em todos os setores do governo, que avançava com moderação para "não prejudicar as conquistas". A alternância entre conservadores e progressistas nos cargos da administração federal marcou o período. A EBN não ficou livre da dança, e vários presidentes comandaram a empresa por curtos períodos. A cada mudança, uma nova forma de pensamento e uma nova postura em relação à cobertura dos fatos. Dessa forma, durante a gestão de Getúlio Bittencourt, quando o presidente Sarney estava em franca campanha pela extensão de seu mandato para cinco anos, a *Voz do Brasil* não hesitou em dar apoio irrestrito e abrir espaço para a campanha. Da mesma forma, não se negou a divulgar a entrevista exclusiva de Pau-

lo Roberto Coutinho Camarinha, chefe do Estado Maior das Forças Armadas, criticando a política econômica de Sarney. O fato irritou o governo, e veio a culminar com a extinção da EBN e sua incorporação a Radiobrás, em 1988.

A empresa, criada no governo Geisel para controlar o sistema de radiodifusão no Brasil, assumiu as funções de prerrogativa da EBN, incluindo a produção da *Voz*. A Radiobrás passou a ser subordinada ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil. Na *Voz do Brasil*, as mudanças foram pequenas. A forma de apresentação das manchetes, agora como destaques do dia, foi a mais aparente. As notícias de Brasília e do poder Executivo se tornaram prioridade, em detrimento ao material das sucursais. Em termos estruturais, o programa passou a contar com apenas cinco funcionários exclusivos: um editor e quatro redatores. As matérias que preencheriam a primeira meia hora do programa eram produzidas pelo corpo de radiojornalismo da Radiobrás , dividido em setores do governo.

De modo geral, o governo Sarney não respondeu aos anseios de um país recém saído de uma ditadura militar. As promessas foram cumpridas de forma conservadora, sem representar grandes revoluções no quadro social brasileiro. A sucessão de planos econômicos fracassados, a distância entre o discurso do governo e a realidade vivida pelo povo fizeram a popularidade do presidente cair vertiginosamente, ainda que se tentasse manter o clima de fé inicial. Para alterar a situação,

o governo criou mais um programa de rádio, o *Conversa ao Pé do Rádio*, dando voz exclusiva ao presidente. A medida não foi tão eficaz e ao final de seu mandato (prorrogado para cinco anos em parte graças ao apoio obtido com a concessão de freqüências de rádio) Sarney deixou o país num caos financeiro e social, com a inflação na faixa de 40% e altos índices de desemprego.

3.4.2. *Collor*

As eleições de 1989 foram cercadas de grande expectativa. Afinal, depois de mais de vinte anos, finalmente o povo iria escolher, por eleição direta, seu governante. Com uma campanha de tom heróico-populista, onde a cobertura e o apoio de vários órgãos de comunicação foram determinantes, foi eleito Fernando Collor de Mello, o auto-intitulado "caçador de marajás".

Collor tomou posse em 15 de março de 1990 e já começou abalando a opinião pública. Tão logo recebeu a faixa presidencial, baixou um plano econômico polêmico, com o confisco de parte dos depósitos bancários, a adoção de uma nova moeda (o cruzeiro) e o condicionamento dos aumentos de preços e de salários à taxa de inflação. Apesar de nem a equipe econômica conseguir explicar o plano direito, o governo conseguiu o apoio das elites, do Congresso e da população.

Mas isso foi suficiente para dar conta do problema brasileiro e o quadro geral se manteve com altos índices de desemprego, criminalidade, inflação e recessão.

Se por um lado Collor desejava adotar o modelo neoliberal de desenvolvimento, também não desejava romper com o modelo então vigente a longo tempo no país. O discurso de modernização não era condizente com as atitudes do governo, ainda atrelado a um pensamento político conservador. Era um Brasil novo, com roupagem nova, mas carregado com o velho espírito de situação.

O presidente, no entanto, se viu no meio de uma crise pessoal e política maior, que veio a culminar com sua renúncia. As denúncias de seu irmão, Pedro Collor, sobre desvios de dinheiro de campanha, favorecimento e corrupção no governo, incriminando principalmente o tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, atingiram em cheio o governo. Além disso, Pedro Collor declarava que Fernando era usuário de drogas, farsante e imoral. As denúncias geraram tal grau de insatisfação popular a ponto de levar milhares de jovens às ruas pedindo que Collor deixasse o poder. Nem a personalidade carismática que conquistou vários eleitores foi capaz de aglutinar apoio diante do escândalo. No dia em que o presidente pediu que todos saíssem de verde e amarelo para manifestar seu apoio, aconteceram várias manifestações em todo país, mas com o povo vestido de preto, pedindo sua saída.

Por fim, não suportando a pressão, o Congresso aprovou em votação acompanhada ao vivo pela TV em todo país, a cassação do mandato do presidente. Antes do *impeachment*, porém, Collor anunciou sua renúncia.

Durante todo o governo Collor, a *Voz do Brasil* assumiu sua postura clássica de unilateralização dos fatos. Seu discurso era claramente de acordo a postura presidencial.

> *Voltando às origens mais obsoletas de "veículo de propaganda governamental", a* Voz do Brasil *priorizou o nome em detrimento dos fatos, ampliou seu espaço para notícias de reforço sobre iniciativas governamentais polêmicas, e as reivindicações ou pressões sociais sobre o Estado só se transformaram em temas divulgáveis, quando o governo acatá-los e devolvê-los à sociedade em forma de "doação" etc.*[27]

Na tentativa de mais uma vez tornar o programa mais moderno ou mais agradável, o prefixo de abertura mudou para *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso. O programa passou a contar com três redatores e um editor, procurando atingir principalmente as pessoas em trânsito. Procurou-se buscar também, uma maior naturalidade na locução, tornando o programa menos cansativo.

3.4.3. *Itamar Franco*

Itamar Franco assumiu um país conturbado pela inflação, recessão econômica, desemprego, alta concentração de renda e, principalmente, desgostoso com os escândalos de

[27] PEROSA, L. 1995: p.228.

seu antecessor. Sua imagem pacata e tranqüila logo conquistou a simpatia do povo brasileiro. E em torno de seu governo formou-se uma coalizão de partidos políticos que se mobilizaram para destituir Collor, com destaque para o PSDB, cujos membros tiveram grande influência no governo.

O primeiro grande acontecimento deste período foi o plebiscito de 1993, previsto na Constituição, quando a população decidiu pela manutenção do regime republicano, no sistema presidencialista.

Em 1994, anunciado pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, o Governo Itamar lançou *o Plano Real*, que criou uma nova moeda, o real, equiparado ao dólar. Foi anunciado um amplo plano de estabilização econômica, que previa a elevação da taxa de juros e a redução do déficit público com uma política de privatizações de empresas estatais. A força do real se baseava no fim da indexação, ou seja, do repasse automático da inflação de um mês para os salários, aluguéis, prestações e contratos em geral para o mês seguinte e na criação de um lastro real em dólar. Se haveria a emissão de nova moeda, com paridade um para um, o Banco Central garantia que para cada real que saísse da Casa da Moeda haveria um dólar correspondente em seus cofres. Assim, quando a demanda de dólares crescesse, ameaçando desvalorizar nossa moeda, o Banco Central deveria intervir colocando à venda no mercado a moeda americana. Com isso, para o sucesso do plano,

o governo deveria ter em mãos uma grande reserva de dólares, garantida naquele momento pelos saldos favoráveis na balança comercial e pelo abrandamento da crise da dívida externa, beneficiada por uma política de negociação que vinha se desenrolando desde o governo Figueiredo e atingiu sua maturidade no governo Itamar.

O *Plano Real* efetivamente conseguiu conter a inflação. Por outro lado, o plano prometia uma nova rodada de abertura da economia às importações, ainda de acordo com os princípios do neoliberalismo do final dos anos 80. O governo defendia a abertura econômica como forma de baixar a inflação e aumentar a eficiência da indústria local. Tais objetivos foram efetivamente implementados, mas a um preço bastante elevado.

As falências começaram a se multiplicar e o desemprego aumentou. Paralelamente, a manutenção de elevadas taxas de juros no país inviabilizava a sobrevivência de empresas em dificuldades, acelerando ainda mais o processo de falências e desemprego. A situação recessiva forçava uma queda ainda maior na inflação, que o governo alardeava como prova do sucesso espetacular do plano.

Mas nem só de louros viveu Itamar. Entre 1993 e 1994, uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso Nacional investigou irregularidades na elaboração do Orçamento da União. A CPI provou o envolvimento de ministros, parlamentares e altos funcionários em um esquema de manipulação das

verbas públicas, que eram desviadas para empreiteiras e apadrinhados políticos.

A CPI e os infortúnios do *Plano Real* não foram o suficiente para abalar a popularidade de Itamar, o que o tornou o presidente a deixar o cargo com os maiores índices de popularidade já registrados nessa situação e eleger seu sucessor,Fernando Henrique Cardoso.

3.4.4. *FHC*

Em primeiro de janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso assumiu como presidente da República. Em seu discurso de posse, destacou como prioridade a questão social, a erradicação da fome e da miséria.

Os primeiros anos de seu mandato foram marcados pela estabilidade monetária e pela queda da inflação. A economia, no entanto, entrava em recessão, limitada pela alta taxa de juros. Ainda assim, houve um crescimento da renda *per capita*.

A estabilidade conquistada com o *Plano Real*, no entanto, não foi o suficiente para garantir as melhorias sociais tão defendidas pelo governo. Embora os investimentos no setor tenham aumentado consideravelmente, por pura ironia os mais ricos foram os maiores beneficiados. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que o Brasil gasta 21% do produto interno bruto (PIB) na área social, sendo que os 10% mais ricos recebem quase a metade dos recursos

distribuídos aos aposentados; 60% dos gastos em educação são investidos nas universidades do governo, onde a maioria dos estudantes pertence a classes mais abastadas e apenas 2% das despesas sociais são investidas em saneamento básico. [28] Hoje, vinte e três milhões de brasileiros são miseráveis. Além disso, a população ainda sofre com o desemprego, o analfabetismo e a violência.

A estabilidade econômica também não foi suficiente para assegurar bons índices de popularidade ao governo FHC, que sofreu altos e baixos ao longo de seu mandato.

Nos rumos do neoliberalismo, o primeiro mandato de FHC foi marcado por uma onda de privatizações, tirando das mãos do governo empresas de setores antes considerados estratégicos, como o de telecomunicações, eletricidade e siderurgia. O presidente se empenhou também na política externa, abrindo caminho para a consolidação do Mercosul e abrindo a economia do país a empresas estrangeiras. Em 1995, o Brasil foi o sexto receptor de investimentos dos Estados Unidos, ficando atrás apenas de países ricos.

Mas o maior empenho no primeiro mandato foi na campanha pela aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição. Os partidos aliados ao governo queriam que a medida se estendesse a todos os cargos do Executivo, incluindo pre-

---

[28] VEJA. 23 jan. 2002: p.84.

feitos e governadores em exercício. O Congresso aprovou a emenda e assim, em 1998, Fernando Henrique foi reeleito.

Depois de quase oito anos no poder, FHC está prestes a sair com uma relativa segurança, ainda que tenha sofrido grandes baques. Entre eles, podemos citar a crise de 1999, quando o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, então com uma tendência oposicionista, declarou moratória nas dívidas do estado, cujo o impacto foi o aumento da taxa de juros, fuga do capital estrangeiro e a primeira grande desvalorização do real. O Governo também enfrentou escândalos, como o que envolveu um de seus assessores, o ex-secretário geral Eduardo Jorge, acusado de corrupção, ou o da fraude do painel do Senado, que afastou do governo o então presidente da casa, Antônio Carlos Magalhães, principal artífice do governo. Todos os percalços abalaram mas não derrubaram Fernando Henrique. Para completar, a crise de energia, no segundo semestre de 2001, ameaçou jogar o país em grave recessão, culminando com os atentados terroristas nos Estados Unidos, que estremeceram toda a economia mundial. Como se não bastasse, a crise política, social e econômica na Argentina representa um grande perigo para o Brasil e para o Mercosul.

Ainda assim, o governo tem mostrado grande desenvoltura e todos esses momentos críticos abalaram menos nossa estrutura do que poderia ter sido.

3.4.5. "Voz do Brasil, *não muito obrigado*"

Existem poucos estudos sobre o programa *Voz do Brasil*, especialmente análises que tratem dos últimos dez anos. Os arquivos sonoros existentes na Radiobrás são vastos, mas falta organização. Nos últimos anos, a empresa tem se empenhado em melhorar a estrutura, e os arquivos mais recentes já estão gravados em MD.

Ainda assim, devido à escassez de material, é difícil fazer uma análise do período Itamar-FHC, avaliando a cobertura no três poderes. O que podemos destacar com segurança são as campanhas em prol da extinção da *Voz* ou da flexibilização do horário e da obrigatoriedade da exibição, além dos projetos que tramitam no Congresso Nacional tratando do tema.

A questão do fim da obrigatoriedade da *Voz do Brasil* é altamente defendida pelos donos de emissoras, com aval de renomados juristas, como Ives Gandra da Silva Martins, que elaborou um parecer contra o programa,[29] e condenado pelos parlamentares, que julgam o programa um importante canal de comunicação entre o governo e a população, isento dos "olhos maliciosos" da mídia.

Vários projetos tramitam no Congresso Nacional tratando da *Voz do Brasil*. Na Câmara do Deputados, os treze que tratam da retransmissão da *Voz* estão arquivados. No Senado, há ape-

[29] RÁDIO & TV. sd: p.7

nas um projeto que não foi arquivado, que flexibiliza o horário de exibição, e está pronto para ser colocado em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Existe ainda um projeto de emenda constitucional, de autoria do deputado Benedito Domingos, do PPB do Distrito Federal, favorecendo a *Voz do Brasil*. A emenda no. 391/96 dá nova redação ao Artigo 223 da Constituição, mudando o texto atual para:

> *A prestação de serviços de radiodifusão fica condicionada a cessão gratuita do horário das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, para a divulgação de informações dos poderes da República, na forma da lei.*[30]

Na Câmara, as propostas de mudanças vão desde a completa extinção do noticiário oficial, como o projeto no. 4352/98, do deputado Paulo Bauer (PFL), à flexibilização do horário de transmissão (PL no. 1430/96, deputado José Fortunati, PT; PL no. 2052/96, deputado Ricardo Bastos, PFL). Os demais tratam da redistribuição do tempo entre os poderes, abrindo espaço para a transmissão de noticiários municipais e estaduais, ou ainda, permitindo que estes usem o espaço em casos de emergência ou calamidade pública. Há ainda um projeto, também arquivado, do deputado Hermes Parcianello (PMDB), que institui uma renumeração, uma espécie de ressarcimento às rádios que retransmitem o programa, variando entre mil e três mil reais, dependendo da potência da emissora.

---

[30] RÁDIO & TV. sd: p.13.

No Senado Federal estão registrados três projetos. O de no. 264/95, do Senador Pedro Simon (PMDB), remetido à Câmara dos Deputados, trata apenas da redistribuição do tempo do programa, não alterando o horário ou ainda a sua obrigatoriedade, destinado 25 minutos ao Executivo, 25 minutos ao Legislativo e os dez minutos restantes a transmissão de

> *avisos, mensagens educativas e campanhas de utilidade pública, a serem produzidos em regime de interação entre a Presidência da República e as Mesas Diretoras do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.*[31]

Já o projeto 118/96, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares (PSB), cria a obrigatoriedade da transmissão por emissoras de TV e de rádio, sem prejuízo da *Voz da Brasil*, entre as dezenove e as 23 horas diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados nacionais, de um noticiário oficial do Congresso Federal com duração de cinco minutos. O projeto já foi arquivado.

Existe um outro mais recente, no. 242/2001, do Senador Carlos Bezerra, flexibilizando o horário de exibição entre as dezenove e as 22 horas, podendo reservar dez dos trinta minutos destinados ao Congresso para notícias de caráter local ou estadual. O projeto coloca ainda a possibilidade das emissoras poderem transmitir, entre oito da manhã e dezenove horas, até dez minutos da *Voz do Brasil*, reservados ao Congresso, em

---

[31] RÁDIO & TV. sd: p.14.

forma de pequenos informativos, com notícias de interesse local ou estadual.

Como podemos ver, nenhum deles trata da completa extinção da *Voz do Brasil*, pois é no próprio Congresso Federal que o programa encontra os seus mais ferrenhos defensores. No texto do projeto de lei do senador Carlos Bezerra ele afirma

> *Em que pese ser alvo de constantes críticas por determinados setores do empresariado da comunicação,* A Voz do Brasil *representa, sem sombra de dúvida, um dos mais importantes canais de comunicação entre o governo e o povo brasileiro. Em muitos casos, constitui a única opção de informação para os brasileiros que vivem em regiões afastadas dos centros urbanos.*[32]

O senador ainda classifica a audiência do programa, em torno de 5% de acordo com o texto, como "extraordinária em termos de rádio". A justificativa dele para a manutenção do programa é o mesmo coro repetido pelos demais parlamentares.

Em compensação, as emissoras de rádio desencadearam uma campanha pelo fim da obrigatoriedade de transmissão da *Voz do Brasil*, ou pelo menos pela mudança da estrutura atual.

A Rádio Eldorado, de São Paulo, conseguiu reunir 850 emissoras de rádio em torno de uma campanha para dizer algumas "verdades" sobre a *Voz do Brasil*. Com isso, pretendia que o poder público tomasse a iniciativa de tornar o programa facultativo. Como nada foi feito, decidiu encaminhar a questão para a justiça, de modo que chegando a causa ao Supremo Tribunal Federal (STF) tal obrigatoriedade fosse considerada in-

[32] DIÁRIO do Senado. 14 nov. 2001: p.28462.

constitucional. Procurou então a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como um meio rápido de chegar ao STF. O então presidente da instituição, João Lara Mesquita, prometeu agir rápido. E tão logo souberam do apoio da OAB, os parlamentares iniciaram uma pressão para que esta deixasse a causa. E assim conseguiram. Em 1997, procurando abreviar a chegada da causa ao Supremo, única instância onde a constitucionalidade de determinada lei é decida, a União das Rádios do Brasil a entregou ao Procurador Geral da República Geraldo Brindeiro. Mas, segundo o relato da Rádio Eldorado, "novamente os políticos mostraram o quanto os incomoda a liberdade de imprensa". E o Procurador se sentiu incapaz de emitir parecer sobre a matéria.

A causa foi entregue então a um advogado, e por ordem da juíza Maria Ferreira dos Santos, da 8ª Vara da Justiça Federal, as Rádios Eldorado AM e FM ficaram livres da obrigação de transmitir o noticiário oficial. Em março de 1998, a decisão foi confirmada em segunda estância, após recurso da União, pelo juiz Pérsio Oliveira de Lima. E desde então várias emissoras, por decisão judicial, não transmitem o programa. E agora, segundo relato no *site* da Rádio Eldorado

> *O próximo passo é o Supremo e daí a decisão final.*
> *Não temos dúvida de que nossa ação será vitoriosa e de que o nefasto programa será julgado inconstitucional, pois não há jurista ou professor de direito constitucional neste país que não aponte a*

> *inconstitucionalidade da obrigatoriedade de veiculação da* Voz do Brasil*.*
> *Por estes motivos podemos dizer que a* Voz do Brasil *acabou. Agarra-se para sobreviver, como um náufrago, em questões menores, relativas ao demorado rito jurídico. Assim que chegar ao Supremo, não restam dúvidas, será considerada inconstitucional.*
> *A partir de então, os ouvintes de rádio do Brasil ficarão livres desta excrescência para sempre. Terá acabado o pior, o mais mal feito programa de Rádio do mundo...* [33]

Seguindo com os protestos, em dezenove de janeiro de 2002, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou um editorial defendendo, se não o fim, pelo menos a flexibilização do horário de transmissão, tendo como base o projeto do senador Carlos Bezerra. Segundo o texto, o poder público não depende do rádio para noticiar os acontecimentos em suas diversas instâncias. O Congresso Federal já conta com dois canais de televisão, a TV Senado e a TV Câmara, que, além de não serem "impostos", já dariam conta de cobrir de maneira satisfatória os trabalhos ali realizados. Além disso, o poder público conta com emissoras de rádio próprias e *sites* na internet, que formariam um sistema de comunicação eficiente nas três divisões do poder: Executivo, Judiciário e Legislativo. O editorial ainda defende que a flexibilização no horário de transmissão poderia elevar os índices de audiência do programa, levando-se em conta que cada emissora estaria livre para definir sua exibição dentro de sua grade e no horário que

[33] http://www.radioeldoradoam.com.br.

achasse mais adequado, atingindo com isso maior eficácia em seu intuito de informar os cidadãos.[34]

Antônio Rosa Neto, em artigo publicado no *site* Cidade Biz, em dezenove de novembro de 2001, ressalta que, nas grandes cidades, é no horário de *Voz do Brasil* que as pessoas estão no trânsito voltando para casa, sendo obrigadas a escutar o programa, desligar o rádio ou, para os privilegiados, partir para o *CD Player*. Ele ressalta que é entre as dezenove e as vinte horas que o rádio registra os menores índices de audiência, que volta a crescer após o fim do noticiário oficial. Acusa-o ainda de ser um "programa político sem conteúdo e de credibilidade duvidosa". E sugere

> *Precisamos entender que o rádio, nos dias de hoje, tem que ser compreendido de maneira diferente. Se no passado era o único meio de comunicação de massa, hoje concorre com a TV e com uma infinidade de outras mídias.(...)*
>
> *Com o avanço da tecnologia nas comunicações, poderíamos eliminar, no mínimo, a obrigatoriedade da transmissão da* Voz do Brasil*. Substituí-la, quem sabe, por um canal nacional de rádio exclusivo tanto para Câmara, como para o Senado. Seria o mínimo esperado de quem pensa que entende de comunicação.*[35]

Cabe registrar que na maioria dos textos utilizados nesse tópico, o grande alvo de ressarcimento pelo fim da *Voz do Brasil* é sempre o Senado e a Câmara. Dificilmente os textos oferecem alternativas como a criação de rádios ou de canais de TV para o Executivo ou para o Judiciário. Se o pro-

---

[34] ENTULHO do Estado Novo. http://www.observatoriodaimprensa.com.br.

[35] NETO,A. http://www.cidadeinternet.com.br.

grama realmente está perto do fim, como pregam alguns, ou se podemos vislumbrar horários alternativos para exibição dele, não sabemos. Até porque, como veremos adiante, no mesmo ano que a Rádio Eldorado iniciou sua campanha, o Poder Judiciário ganhou cinco minutos do trinta dedicados ao Executivo. E se a determinação do fim do programa depende destas três instâncias, quem irá querer abrir mão de seu espaço?

4. A *VOZ* DE HOJE

Hoje a *Voz do Brasil* é divida em quatro partes: a primeira, com 25 minutos de duração, é dedicada ao poder Executivo. A segunda, com apenas cinco minutos, é espaço do Judiciário. A terceira, com dez minutos, é do Senado Federal, e a última, com vinte minutos, da Câmara dos Deputados.

4.1. **Executivo**

Os primeiros 25 minutos da *Voz do Brasil* são produzidos pela Divisão de Radiojornalismo da Radiobrás .

A Radiobrás é uma empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado de Comunicação de Governo, criada, como já foi falado, no Governo Geisel, para controlar o sistema de radiodifusão brasileira, incorporando mais tarde a EBN. Hoje, seu objetivo é divulgar os acontecimentos do governo para a sociedade, bem como cuidar de todo o sistema de radiodifusão do governo e da distribuição da publicidade legal obrigatória dos órgãos da Administração Federal.

Hoje a empresa conta com cinco estações de rádio, dois canais de televisão, uma agência de notícias, um serviço radiofônico via satélite e possui o maior complexo de transmissores da América Latina. A Radiobrás tem escritórios em São Paulo, uma sucursal no Rio de Janeiro e correspondentes em

Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Campo Grande, Maceió, Recife, Belo Horizonte, São Luiz e Macapá. A Secretaria da *Voz do Brasil*, diretamente responsável pelo programa, reúne em seu quadro um editor, um produtor, três redatores, dois locutores e um operador de áudio. Os repórteres não são exclusivos, sendo os mesmos que cobrem os diversos setores do Governo.

Segundo o editor do programa, Fausto Faria, os assuntos que se tornam pauta na *Voz do Brasil* são, normalmente, aqueles que irão mexer com as pessoas, influenciando sua vida. O Presidente é prioridade nas pautas. Mas entram também matérias de relevância dos correspondentes. Esse material chega via telefone, e depois é repassado para Mini Disc (MD).

Além das notícias de destaque dos atos do Presidente, o programa conta com uma entrevista com Ministros e autoridades do governo, que pode ser feita por telefone ou diretamente no local. Depois ela é editada, dando a falsa impressão de ao vivo, já que os locutores fazem as perguntas como se estivessem falando com o entrevistado, que inclusive os cumprimenta no início. Dedica também espaço a prestação de serviços, anunciando os municípios beneficiados pela distribuição de cestas básicas da Conab ou pelo recebimento de verbas do Incra, por exemplo. As vinhetas dividem o programa em quadros, como a *Hora do Campo*, *Economia e Presidência da República* e dão ritmo.

4.2. **Judiciário**

Se levarmos em conta que a *Voz do Brasil* tem mais de sessenta anos de história, o noticiário do Judiciário é algo novo e tímido. O primeiro foi ao ar em 30 de abril de 1996. São apenas cinco minutos de um boletim diário, com notícias não só do Supremo Tribunal Federal (STF), onde ele é produzido, mas de todas as instâncias e instituições do poder Judiciário. A prioridade das pautas é definida a cada dia, já que o espaço é pequeno. As notícias, sempre curtas e bem objetivas para aproveitar o tempo, se dividem entrem as decisões do STF, dos Tribunais Superiores, da Justiça Federal e da Justiça Comum. Normalmente são selecionadas as decisões que possam ter interesse para população, seja em casos de grande repercussão e discussão pública, ou ainda por tratarem de temas interessantes, que pode ser aplicado a várias pessoas. No entanto, o boletim prioriza as decisões dos tribunais, dando, por exemplo, o enfoque oficial de casos que estão na grande imprensa.

Segundo Adriana Romeo, editora, produtora, redatora e locutora da *Voz do Brasil* no Supremo, é justamente por ser um noticiário oficial que sua fonte de pautas são as informações divulgadas pelos tribunais, seja por meio de FAX, através das diversas assessorias de comunicação, seja por meio de notas

selecionadas nos *sites* destes na internet. Nada é divulgado sem que tenha partido das fontes oficiais.

Todo o noticiário é produzido dentro do Supremo Tribunal Federal. A estrutura atual de produção conta com três pessoas: Adriana Romeo, que acumula as funções enumeradas acima, Walter Lima, que divide com ela a produção e Lúcia Helena, que cuida da parte técnica – áudio, gravação, disponibilização do material de áudio na internet e repasse do material gravado em MD para a Radiobrás , através de linha, para a transmissão. No *site* do STF, encontram-se os arquivos de áudio e texto retroativos de uma semana divulgados na *Voz do Brasil*.

4.3. **Senado**

Já no Senado, a *Voz do Brasil* é produzida pela Rádio Senado, que por sua vez está vinculada à Secretaria de Comunicação Social do Senado. Com duração de dez minutos, o bloco dedicado à casa superior do Congresso Nacional foi intitulado *Jornal do Senado*. O noticiário trata, basicamente, das matérias relativas aos trabalhos das comissões, às discussões em plenário, aos projetos em votação, aos discursos dos senadores e às atividades da presidência da casa, procurando valorizar ao máximo os conteúdos que despertem o interesse do público .

Assim como na Radiobrás , os repórteres não são exclusivos do *Jornal do Senado*. O programa conta com um editor, atualmente Luciomar Rodrigues, e dois redatores, que acompanham as atividades no plenário. A editora ainda produz durante todo o dia notas a serem veiculadas na Rádio Senado. Sobre o conteúdo das matérias, Luciomar destaca: "Não é nosso objetivo fazer a imagem dos senadores. O que queremos é espelhar os trabalhos da casa, mostrar o que eles fazem".

4.4. **Câmara dos Deputados**

Os vinte minutos finais da *Voz do Brasil* são dedicados à Câmara dos Deputados. Aqui, ocorre um fato interessante: ao invés de haver uma seleção das notícias, trabalhando e levando ao ar os fatos mais interessantes, por força do regimento interno da casa o noticiário deve dar espaço a todos os pronunciamentos feitos durante os expedientes. Dessa forma, o programa se tornou uma série de frases curtas, citando nomes de deputados, mostrando suas opiniões. O formato tem seus prós e contras. Se por um lado dá espaço a todos os deputados, sem valorizar mais oposição ou situação, dando voz àqueles que se pronunciaram no dia, por outro lado se torna a parte mais cansativa da *Voz do Brasil* devido a sucessão de nomes e ao anúncio de acontecimentos que interessam a uma minoria, como o aniversário de uma cidadezinha homenageada pelo

deputado da região, ou a liberação de verbas para outra devido ao empenho de seu representante e alardeado em seu pronunciamento.

No entanto, houve mudanças substanciais no programa no intuito de deixá-lo mais leve e moderno. Até setembro de 2001, o noticiário era apresentado por dois homens, no estilo monocórdico tão criticado que marcou a *Voz do Brasil*, valorizando nomes. A partir de setembro, com a mudança de editores, o *Jornal da Câmara* passou por mudanças e experimentações. A locução passou a ser dividida entre um homem e uma mulher, nos primeiros dez minutos, e depois por dois homens, na segunda parte. Foram criadas vinhetas e sonoras foram inseridas para dar ritmo e modernizar a apresentação. A seqüência de pronunciamentos passou a ser organizada por assunto, criando uma ordem lógica.

A pivô das mudanças é a editora atual, Éster Monteiro. Ela acredita que a *Voz do Brasil* é um fator de integração nacional, na medida em que informa os atos dos três poderes para todo o país. Na Câmara, em especial, ela afirma ser um jornal isento, na medida em que dá espaço a todos aqueles que se pronunciam durante os trabalhos do dia. A forma atual, segundo ela, garante que não haja censura.

Hoje, a estrutura de produção conta com onze repórteres, um editor e quatro locutores. Toda a parte técnica, inclusive as instalações, pertencem a Rádio Câmara, uma vez que

a sessão que cuida da *Voz do Brasil* faz parte do Serviço de Radiodifusão da rádio. Durante os recessos da Câmara dos Deputados, o programa lança mão de entrevistas que começam a ser gravadas com dois meses de antecedência. Para o futuro, existem projetos, como disponibilizar na internet o áudio e o texto do programa.

5. A *VOZ* NO SÉCULO XXI

Neste capítulo vamos analisar efetivamente o programa *Voz do Brasil*. Para tanto, vamos compará-lo com o jornal *Folha de São Paulo* e o telejornal *Jornal Nacional*. A análise consiste em comparar não apenas angulação de assuntos em comum, mas até que ponto os assuntos destacados na *Voz* estão em pauta nos meios de comunicação de circulação nacional. Vamos analisar especificamente duas semanas de produção não contínuas: de dois de setembro de 2001 a oito de setembro 2001 e de 25 de fevereiro de 2002 a dois de março de 2002.

5.1. **Setembro de 2001**

Na semana analisada em setembro de 2001, os assuntos de maior destaque na mídia foram a prisão de Luciana dos Santos Melo, acusada de envolvimento no seqüestro da filha do apresentador de TV Sílvio Santos; a aprovação da lei que restringiu a edição de medidas provisórias, com a conseqüente edição de dez medidas em um único dia pelo governo; e o início das discussões sobre o fim da cobrança de CPMF na bolsa de valores e das alterações no Código Florestal.

Em quatro de setembro o presidente Fernando Henrique Cardoso visitou as obras do Porto de Pecém, no Ceará, acompanhado pelo governador do estado, Tasso Jereissati, aspirante

a pré-candidato do PSDB à presidência da república, e pelo então Ministro da Integração Nacional, Ramez Tebet. A *Voz do Brasil* registrou a visita e a inauguração do projeto de irrigação Baixo Acaraú. O assunto também rendeu uma entrevista com Ramez Tebet sobre este e outros projetos de irrigação do governo. O ministro ressaltou a grandeza do projeto, quem foi beneficiado por ele, o valor dos investimentos, destacando a geração de empregos. No dia cinco, no *Jornal da Câmara* dos Deputados, Raimundo Gomes de Matos registrou a visita do presidente ao Ceará. Por ocasião da visita, o projeto Baixo Acaraú foi tema no noticiário do Executivo de seis de setembro, destacando a possibilidade de aumento das exportações de verduras e frutas produzidas na região. A única fonte foi, novamente, Ramez Tebet, que falou também sobre programas de combate à seca e sobre a revitalização do rio São Francisco.

Na *Folha de São Paulo*, a matéria referente à visita mostra a função política da mesma no jogo da sucessão, tentando dar fim à disputa entre Tasso e José Serra pela vaga de pré-candidato do PSDB, com o apoio de FHC. A visita foi destaque na página A4, do caderno *Brasil* de quatro de setembro, que também comenta a mudança de postura do presidente em relação às exportações: do lema "exportar ou morrer", passou para "exportar para viver". Na retranca, o governador do Ceará afirma ter feito as pazes com o presidente. Apesar de re-

gistrar o protocolo, a *Folha* destaca com maior ênfase a relação em FHC e Tasso Jereissati

> *Durante a visita às obras do porto, FHC e Tasso permaneceram juntos, trocando sorrisos e conversando baixo. (...)*
> *No seu discurso, FHC chamou Tasso diversas vezes de "amigo". Tasso, por sua vez, disse que o governo de FHC é "ético".* [36]

No Jornal Nacional, nada foi registrado.

No final da semana, o Congresso aprovou a emenda que limitou a edição de medidas provisórias. O assunto foi amplamente comentado, afinal FHC foi o presidente que mais utilizou as MP's para governar. As novas regras, no entanto, não valeriam para as medidas editadas até aquela data, seis de setembro, o que fez com que o governo tirasse da gaveta uma dezena delas. A repercussão da decisão do Congresso foi abordada de duas formas na *Voz do Brasil*. No dia cinco, quarta-feira, dia da aprovação do projeto, o assunto foi destaque no *Jornal do Senado*. Na cabeça da matéria, o texto classifica o projeto como a emenda que acaba com o abuso na edição e reedição de medidas provisórias. A matéria explica a alteração, e ilustra com sonoras com a opinião dos senadores: para Paulo Artung, é um avanço para democracia brasileira, "um passo à frente no sentido da construção do país que nós sonhamos"; para José Fogaça, é "uma das mais importantes mudanças nas relações entre o Executivo e o Legislativo" [37]. Na *Voz do*

---

[36] *FOLHA de São Paulo*. 4 set. 2001: p.A4.
[37] VOZ DO BRASIL. 5 set. 2001.

Brasil a decisão aparece como sinal de maturidade e autonomia do Legislativo, capaz de votar uma emenda que limita os "poderes" do presidente e mostrando que não admite que ninguém se atreva a atuar em área de sua competência. No dia seguinte, a primeira matéria do noticiário do Executivo foi sobre a medida editada no dia anterior que beneficia o setor audiovisual, em especial o cinema, liberando mais recursos para as produções nacionais, criando novos tributos para a remessa de lucros de produções estrangeiras e criando a Agência Nacional de Cinema. A matéria, sem sonora, destaca a justificativa de FHC, ressaltando que

> *a indústria cultural é motor do desenvolvimento do país, seja pelo valor econômico de sua produção e comercialização, seja por seu papel central na difusão da imagem e da marca de cada país no cenário do comércio internacional.* [38]

No dia seis de setembro, o projeto que isenta as transações nas bolsas de valores da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, a CPMF, foi destaque do quadro *Economia*, na parte do Executivo. A *Voz do Brasil* afirmou que as bolsas seriam isentas, sem fixar data para a mudança, com anúncio do ministro interino da Fazenda, Amaury Bier. Segundo a nota divulgada, a decisão foi tomada pelo presidente da república e atendia a uma reivindicação dos operadores da Bolsa de Valores de São Paulo, a Bovespa. As demais medidas provisórias editadas não foram mencionadas na semana.

---

[38] Idem. 6 set. 2001.

A edição das MP’s foi a manchete do jornal *Folha de São Paulo* de sete de setembro, sexta-feira, e na enxurrada também acena com o projeto de extinção da CPMF para a bolsa de valores. A chamada da primeira página afirma, ironicamente, que “FHC não considera dez MP’s um número alto”. A matéria sobre o assunto destaca as mudanças determinadas na emenda constitucional, e dá espaço para os protestos dos congressistas indignados com a atitude do governo. Nesse caso foram citados os líderes do PPS e do PT na Câmara, respectivamente deputado Rubens Bueno e Walter Pinheiro.

As medidas provisórias que alteraram as leis sobre a conta de luz, a aposentadoria e o financiamento da casa própria foram a principal matéria do caderno *Dinheiro*. As novas regras para o reajuste de financiamento de imóveis foram as mais comentadas, inclusive com a opinião de analistas sobre o momento para quem pensava em comprar um. Apesar de ter sido uma das chamadas de primeira página na edição do dia, a isenção da CPMF para as bolsas de valores foi tratada numa retranca do *Brazilian Day*, dia que a Bolsa de Valores de Nova Iorque dedicou aos negócios brasileiros, não por acaso 7 de setembro. O texto destaca o anúncio do governo, e a indecisão a respeito da forma como será feito, deixando claro que até então se pensava em uma medida provisória.

No *Jornal Nacional*, a votação no Congresso rendeu uma pequena matéria na quarta-feira, a dez medidas editadas foram

assunto na quinta, com ênfase nas que regulamentam o setor imobiliário, mostrando na sexta as influências que essas novas leis teriam no mercado e na vida das pessoas. A matéria de quarta-feira explica de maneira sucinta, sem sonoras ou pontuações, como fica a edição e reedição das MP's com a nova lei. Na quinta, a explicação foi relembrada e algumas das medidas editadas no dia anterior foram citadas, em especial as duas que regulamentam o setor imobiliário. Na sexta, o assunto foi tratado de forma mais analítica que didática, e uma matéria mostrou que a decisão do governo de editar medida provisória abrindo as possibilidades de uso de índices de reajuste para a prestação de financiamentos imobiliários tinha ligação direta com a decisão da Caixa Econômica Federal de suspender os financiamentos para parte da população. Ela também mostrou como fica a situação de quem estava comprando um imóvel naquele momento e o que deveria fazer quem estava pensando em financiar um.

Devemos ressaltar que tanto a *Folha de São Paulo* quanto o *Jornal Nacional* se preocuparam mais, nesse caso, em explicar qual a influência que as novas MP's teriam na vida das pessoas. Afinal, pelo fato de terem sido publicadas antes da sanção da nova lei, elas ganhavam o próprio *status* de lei. Por outro lado, a *Voz do Brasil* se ateve mais ao caráter político da aprovação da emenda constitucional, sem se aprofundar em análises ou no peso da decisão na vida cotidiana.

Outro assunto merecedor de grande destaque no telejornal e na *Voz do Brasil*, mas pouco comentado na *Folha*, a não ser por uma pequena nota na coluna *Painel* e por uma matéria no fim da semana, foi a mudança aprovada no Código Florestal. Neste tema, *Jornal Nacional* e *Voz do Brasil* se aproximaram na abordagem. O primeiro mostrou as opiniões de deputados e senadores, as discussões na Comissão que aprovou o texto do projeto e o impasse pela diminuição da reserva legal em propriedades rurais para vinte por cento de floresta amazônica, com a vitória da bancada ruralista sob os protestos da bancada amazônica, dos ambientalistas e do próprio governo. As duas matérias apresentadas na semana não diferiram uma da outra. A *Voz do Brasil* mostrou no *Jornal da Câmara* as discussões em torno do tema em quatro de setembro. Da mesma forma que no *Jornal Nacional*, a bancada amazônica criticou severamente a redução da reserva legal de mata nas propriedades rurais. Outros deputados exigiram mais investimentos na região e mais apoio ao desenvolvimento sustentável da Amazônia. No dia seguinte, o *Jornal da Câmara* entrou ao vivo da reunião da Comissão Mista que examinava a medida provisória. O texto destacou os trabalhos da comissão e o protesto de dois ativistas da ONG *Greenpeace*, que se acorrentaram a cadeiras, também registrado no *Jornal Nacional*. Mostrou ainda a opinião do deputado Fernando Gabeira contra a participação de deputados proprietários de terras na votação do tema por terem in-

teresses próprios na questão. O texto acena com a provável aprovação da matéria na comissão, onde a bancada ruralista era maioria, e com a provável resistência no plenário. No dia seis, a *Voz do Brasil* mostrou mais uma vez o debate entre os deputados sobre o tema, com as opiniões e propostas dos que se pronunciaram sobre o assunto no dia. No *Jornal do Senado*, nada foi registrado, embora a senadora Marina da Silva, do Acre, fosse uma das fontes mais recorrentes sobre o assunto.

Na *Folha de São Paulo*, às discussões sobre o código florestal ficaram registradas no protesto de Marina da Silva, na coluna *Painel*, sobre a aprovação do texto na Comissão Mista do Congresso afirmando que a votação teria sido uma ação entre amigos. Na quinta feira, cinco de setembro, a matéria principal do caderno *Ciência* foi "FHC ameaça vetar a alteração do código". A ameaça do presidente à bancada ruralista do Congresso não foi registrada pela *Voz do Brasil*, e no entanto mereceu chamada na primeira página na *Folha*. O texto, além da posição do presidente, ressalta a movimentação do governo para impedir a aprovação em plenário do texto desejado pela bancada ruralista e os protestos ocorridos em prol da preservação da Amazônia. Foram escutados o líder do governo no Congresso, Arthur Virgílio, e o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho.

O racionamento de energia também foi pauta. Na semana em questão, o ministro Pedro Parente, da Câmara de Gestão da

Crise de Energia, anunciou de onde viriam as verbas para estender o pagamento de bônus aos consumidores de até 225 quilowatts por hora. Na *Voz do Brasil*, o "benefício" estendido a mais consumidores foi explicado, inclusive a possibilidade de estendê-lo a mais pessoas, elucidado pelo secretário de política econômica do ministério da Fazenda, José Guilherme Almeida dos Reis. Além do anúncio do bônus, foram noticiadas as construções de novas usinas geradoras de energia elétrica, aumentando a produção do país em vinte *megawatts* até o final de 2003. Sobre o assunto foi escutado o diretor de infraestrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, que ressaltou que o racionamento não iria ser amenizado. Devemos observar que uma matéria (bônus) foi seguida da outra (construção de termelétricas), talvez com a intenção de mostrar que o governo não estava paralisado e buscava soluções. A *Folha de São Paulo* do dia dois de setembro antecipava o anúncio do governo, revelando os principais pontos de um pronunciamento que deveria ter sido feito pelo presidente da república no dia anterior, mas não foi. Com base no texto do discurso divulgado, a matéria revela a preocupação do governo com a redução na economia de energia em agosto, com a ausência de chuvas e, ainda assim, o otimismo em relação aos próximos meses com base nos resultados já alcançados. Uma retranca da matéria revela o mal-estar gerado dentro da Câmara de Gestão da Crise de Energia por não dar a

devida importância a um relatório do general Alberto Cardoso sobre as áreas essenciais que deveriam ser poupadas num possível “apagão”.

No *Jornal Nacional*, o anúncio da extensão dos bônus e a forma como seriam arrecadados os recursos mereceram apenas uma nota no dia quatro.

Outros assuntos também foram comuns aos noticiários. As denúncias contra Jader, o desenrolar das investigações dos desvios do Banpará e das fraudes na Sudam, a repercussão no Congresso Nacional estiveram presentes nos três veículos analisados. O assunto, apesar de polêmico, neste período já não era digno de manchetes. A *Folha* se limitou a acompanhar o desenrolar dos fatos em pequenas matérias no caderno *Brasil*. No dia quatro, uma matéria de canto de página relaciona um empresário recém interrogado pela Polícia Federal ao Senador Jader Barbalho. O texto se deteve mais às perguntas do interrogatório que às respostas, terminando com a acusação feita pelo advogado do empresário de que a polícia teria usado de tortura psicológica para obter confissões. Na sexta-feira, dia sete, as articulações políticas do PFL para aprovar o relatório da comissão encarregada de apurar as denúncias e abrir processo contra o então presidente licenciado do Senado por quebra de decoro parlamentar, ainda sob o seu comando, evitando assim que o PMDB beneficiasse o parlamentar filiado

ao partido também foram mostradas. A única fonte escutada foi o líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão.

Na terça, o *Jornal Nacional* dedicou uma matéria ao assunto, valorizando a decisão de dois senadores de abrir processo contra Jader e as movimentações do senador Jéferson Peres para provar que houve falta de decoro parlamentar por parte do ex-senador ao tentar barrar as investigações no Congresso. Na quinta-feira, dia seis, o *Jornal Nacional* falou, em nota seca, sobre a decisão da comissão do Conselho de Ética, que investigava Jader, de abrir processo contra ele sem determinar a pena.

Já a *Voz do Brasil* noticiou, no *Jornal do Senado* de quatro de setembro, a vontade manifesta da casa de abrir processo contra Jader, no dia cinco a mudança de presidência da comissão, destacando que o processo não iria interferir na votação do relatório, e no dia seis a determinação do prazo para apresentação do relatório. Nos três dias, Jader foi uma das manchetes.

No dia cinco, o destaque da sessão de economia da primeira parte da *Voz do Brasil* foi a descoberta de sonegadores através de pesquisa realizada pela Receita Federal cruzando dados da CPMF e do imposto de renda. A matéria valoriza a eficiência e o empenho da Receita Federal, que além de recuperar dinheiro sonegado estava descobrindo vários “laranjas”. A fonte é o Secretário Adjunto da Receita Federal.

Na *Folha de São Paulo*, o caderno *Dinheiro* dedicou um espaço no dia oito de setembro ao empenho do Fisco na caça aos sonegadores. O destaque é a criação de uma rede neural, capaz de registrar e armazenar estilos de comportamento, alertando sobre um desvio do padrão, o que, neste caso, significaria sonegação. A matéria mostra como funciona o sistema e os benefícios que pode trazer. Foram ouvidos, além do secretário adjunto da receita, um professor de ciências da computação da Universidade de Brasília e o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais.

O *Jornal Nacional* também divulgou, em nota seca, que a Receita Federal estava multando sonegadores, que foram descobertos através do cruzamento de dados das movimentações financeiras com as declarações de imposto de renda.

Na semana em questão, a visita do primeiro ministro de Portugal ao Brasil e a assinatura de um acordo de extradição entre os países, permitindo que portugueses que cometam crimes aqui ou brasileiros que cometam crimes lá possam cumprir a pena em seus países tiveram espaço no *Jornal Nacional*, através de nota coberta, e no noticiário do Executivo na *Voz do Brasil*, através de uma nota também. Nada foi registrado na *Folha de São Paulo*.

Na mesma semana, no *Jornal da Câmara* (6.9.2001), deputados criticaram as negociações entre Brasil e Estados Unidos para que estes utilizassem a base de lançamento de foguetes

de Alcântara, no Maranhão. A *Folha de São Paulo*, no dia quatro, publicou uma entrevista com o embaixador do Brasil em Washington, Rubens Barbosa, apoiando o acordo. Nada foi dito no *Jornal Nacional* da semana analisada.

No dia seis, a Câmara registrava a realização do 7° Grito do Excluídos, evento organizado pela CNBB e com o apoio do MST. No dia oito, a *Folha de São Paulo* e o *Jornal Nacional* noticiaram o confronto com a polícia no evento em Santa Catarina, e as celebrações em várias partes do país.

Há ainda um tema a ser tratado: a aprovação, em quatro de setembro, do Código de Ética e da criação do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

O *Jornal Nacional* usou um pouco de ironia ao tratar do assunto. Primeiro ao escalar dois repórteres já bem conhecidos do público quando o assunto é governo para a cobertura do tema: Delis Ortis e Alexandre Garcia.

A primeira, com um estilo mais "porta-voz", ressaltou a luta de nove anos para chegar a uma conclusão sobre o código, os pontos polêmicos retirados do texto para votação à parte e os pontos principais do texto aprovado.

Alexandre Garcia, num tom, agora sim, mais irônico e crítico, revelou no dia seguinte as articulações entre os deputados para aprovar a quebra de sigilo bancário nas situações em que o conselho de ética exigir e as que se seguiam para aprovar a próxima etapa: o fim da imunidade parlamentar

para crimes comuns. Nas duas matérias, Aécio Neves, presidente da Câmara, apareceu feliz com os resultados, com um ar moralizador empenhado em limitar a imunidade.

Na *Voz do Brasil*, a aprovação do Código de Ética foi citada no dia da votação, destacando a opinião de Aécio Neves, mais uma vez ciente de que tal atitude fortalece a representatividade do Congresso. O texto dessa matéria foi bem didático, explicando o que é o código. No dia seis, dois deputados manifestaram em plenário sua satisfação com a aprovação do código, enaltecendo a atitude do presidente da Câmara de priorizar a moralização da casa e os partidos por terem chegado num consenso. Tudo, é claro, registrado pela *Voz*.

A *Folha de São Paulo* se limitou a falar sobre a aprovação e sobre os pontos pendentes, que seriam votados naquele dia, mostrando a opinião de deputados e sem falar sobre qualquer articulação.

5.2. **Fevereiro de 2002**

A última semana de fevereiro, que vamos analisar agora, foi marcada pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral de verticalizar as coligações partidárias nas eleições gerais de 2002, ou seja, as alianças para eleição presidencial deveriam ser repetidas nos estados. A restrição gerou polêmica não só entre os pré-candidatos aos cargos do Executi-

vo, mas entre senadores e deputados que almejavam a reeleição. Essa também foi a semana do anúncio da canonização de Madre Paulina, do início da entrega das declarações do imposto de renda, do fim do prazo para que os bancos entregassem ao governo os dados sobre as contas de FGTS de 1989 e 1990, para cálculo de reposição de perdas com os planos *Verão* e *Collor* e do fim do racionamento de energia, anunciado sem o estardalhaço de seu início.

A primeira notícia da semana a respeito da verticalização das coligações para as eleições 2002 foi registrada na *Voz do Brasil*. No dia 26 de fevereiro, terça-feira, o noticiário do Judiciário contava que o presidente do Supremo Tribunal Federal havia recebido presidentes de partidos para discutir o assunto. A nota registra a preocupação dos políticos com a matéria a ser discutida no TSE na semana, em atenção à consulta realizada pelo PDT, sob a alegação de que a lei eleitoral deixa dúvidas. No mesmo dia, no *Jornal da Câmara*, o deputado José Genuíno registrou um artigo de sua autoria publicado no jornal *Correio Brasiliense*, criticando a intenção do TSE de mudar as regras do jogo eleitoral faltando sete meses para as eleições.

No dia 27, a *Voz do Brasil* anunciou a decisão do TSE, registrando os votos dos sete ministros. O assunto rendeu sonoras, coisa rara no noticiário do Judiciário, com a repercussão da decisão. O presidente do STF defendeu a decisão, e

falou-se ainda da intenção dos partidos políticos buscarem no Congresso uma forma de anular a decisão. No *Jornal do Senado* do mesmo dia, uma das três manchetes foi a decisão do TSE, ressaltando que o Congresso Nacional estudava a possibilidade de colocar em pauta uma emenda que revogue a verticalização. A primeira manchete da matéria é, no mínimo, animadora: "Partidos terão liberdade para fazer coligações diferentes para as eleições presidenciais, estaduais e municipais". Tanta certeza cai por terra logo em seguida, ao afirmar que a decisão depende da aprovação de uma emenda constitucional. O Senador José Fogaça é citado como fonte por ser um dos propositores da emenda. O presidente do Senado, por sua vez, registrou seu apoio a emenda, mas não se arriscou a avaliar a possibilidade de votação com validade para as eleições de 2002. A *Voz do Brasil* também falou sobre as outras possibilidades de revogação da decisão, como mover uma ação de inconstitucionalidade ou um decreto Legislativo anulando. Nesse caso foi ouvido o líder do PMDB no Senado, manifestando o apoio do partido; o líder do governo, dizendo que o momento da decisão inoportuno; e a senadora Heloísa Helena, do PT, principal partido de oposição, ponderando sobre a decisão. No *Jornal da Câmara*, mais uma vez a verticalização foi manchete. Da mesma forma, o noticiário registrou a indignação, a mobilização dos parlamentares para anular a decisão. Os protestos foram, com certeza, muito maiores que os elogios. Somente o PFL

se manteve isento e quieto em relação ao assunto. O deputado do partido, Iédio Rosa, foi além e enalteceu a decisão: "O povo brasileiro exige partidos políticos nacionais com programas definidos, e somente as coligações em todos os níveis concretizarão esse projeto." De qualquer forma, tanto Câmara quanto Senado conseguiram registrar com fidelidade o rebuliço causado no Congresso Nacional pela decisão do TSE. O assunto ainda repercutiu nos mesmos moldes durante toda a semana na *Voz do Brasil*. No noticiário do Executivo nada foi falado a respeito.

A mídia em geral refletiu muito mais a decisão de verticalização das coligações partidárias para as eleições de 2002 nos pré-candidatos, nas articulações e nas especulações de panorama a partir da restrição.

Como a decisão do TSE foi tomada na quarta-feira, dia 27 de fevereiro, a *Folha de São Paulo* só veio registrar o fato na quinta-feira. A verticalização foi a manchete do dia, dando ênfase à reação automática do Congresso Nacional e às declarações dos presidenciáveis. Neste dia, o jornal dedicou seis páginas da editoria *Brasil* ao assunto. Em uma das matérias, deixou claro que o presidente Fernando Henrique não só sabia das articulações pró verticalização, como deu apoio à decisão. A matéria que mostra a repercussão da decisão do TSE no Congresso Nacional segue a mesma linha da *Voz do Brasil*, refletindo a opinião de deputados e senadores e as alternati-

vas propostas para anular a decisão. As fontes são basicamente as mesmas: líderes e presidentes de partidos, além de autores das propostas. Na mesma página, o periódico traz uma matéria com a opinião do presidente do TSE, ministro Nelson Jobim, sobre a verticalização. Nela fica claro o entendimento dos ministros do TSE que levaram a decisão, a mesma justificativa apresentada no dia anterior na *Voz*, de que estariam apenas interpretando a lei eleitoral e não a mudando. Da mesma forma, registrou o motivo dos dois votos contra a decisão. A diferença fica por conta da matéria que discute a verticalização àquela altura do jogo da sucessão pela opinião de analistas políticos. "Para analistas, TSE desestabiliza sucessão" é a manchete.

Nos dias primeiro e dois de março o assunto continuou repercutindo na *Folha de São Paulo*, sendo destaque no caderno *Brasil*. A principal matéria mostrou o recuo dos partidos governistas no sentido de "esvaziar reação ao TSE", como colocado na manchete. O texto relatou a movimentação dos partidos que apóiam o governo para frear qualquer reação precipitada contra a decisão do TSE, com tempo de entrar em contato com seus diretórios e refazer os cálculos. Foram escutados alguns dos principais congressistas da situação, de partidos como o PSDB, o PMDB e o PFL. Na *Voz do Brasil*, a falta de quorum foi justificada pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, segundo o qual o fato não significa má vontade da casa em reagir e "a

aprovação uma emenda constitucional requer conversações políticas para obter o êxito desejado". A matéria ainda registrou a intenção do PT de entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e o encontro entre os presidentes do Senado, do Supremo Tribunal Federal e do Supremo Tribunal Eleitoral para discutir o tema, fato também registrado pela *Voz do Brasil* no noticiário do Judiciário. Na *Folha*, o encontro foi desmembrado em uma retranca, relatando-o. Nesta matéria, nada foi dito além do que já havia sido relatado na *Voz*: ambos retificaram que a decisão não gera conflitos entre os poderes, que o Congresso pretende reagir e que o ministro Marco Aurélio, presidente do STF, decidiu não emitir opinião sobre o assunto.

Mais uma vez, o jornal busca a repercussão da decisão entre os pré-candidatos, revelando suas opiniões e passos em busca de novas alianças, com destaque para o PMDB, partido forte no governo e sem candidato até então.

Na terça-feira, o *Jornal Nacional* levou ao ar uma matéria que mostrava a romaria dos políticos ao TSE por conta da discussão em torno das coligações partidárias para 2002. O texto já mostrava a opinião dos pré-candidatos, definindo a linha que seria seguida durante a semana.

Na quarta-feira, após o anúncio, o jornal mostrou a rapidez com que o senado tomou uma atitude: "O presidente do senado convocou líderes dos partidos, criou uma comissão. E

horas depois já havia um projeto para mudar a Constituição"[39]. A matéria foi pontuada por duas sonoras, uma do presidente do PT, José Dirceu, representando a oposição indignada, e a outra do presidente do PSBD, José Anibal, representando os governistas cautelosos. O jornal mostrou ainda, na edição deste dia, a opinião favorável do presidente Fernando Henrique à decisão do TSE.

O *Jornal Nacional* registrou ainda, na quinta-feira, a indecisão do Congresso Nacional quanto às medidas a serem tomadas contra a verticalização, o encontro de Ramez Tebet com os presidentes do TSE e do STF. A sonora do presidente do Senado é uma pequena alfinetada na decisão

> *o Congresso vai agir estritamente dentro de suas atribuições e nada, portanto, poderá ser levado como um possível conflito. Eu acho que nós vamos agir constitucionalmente.*[40]

A mesma matéria revela, como a *Folha*, as articulações entre os pré-candidatos, especialmente a corrida atrás do PMDB.

Na quarta-feira, dia 27 de fevereiro, houve um caso de repercussão de uma matéria da *Folha de São Paulo* na *Voz do Brasil*. No *Jornal da Câmara*, a deputada Mirian Reide, do PSDB do Rio de Janeiro falou sobre uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia e Estatística, IBGE, sobre a queda de rendimento financeiros dos brasileiros. Durante seu pronunci-

---

[39] JORNAL NACIONAL. 27 fev. 2002.
[40] JORNAL NACIONAL, 28 fev. 2002.

amento naquele dia, a deputada disse que tal queda representava a falência do modelo econômico brasileiro. A matéria foi destaque no caderno *Dinh*eiro, sendo inclusive a principal manchete da *Folha* naquele dia.

No mesmo dia, a *Voz do Brasil* divulgou no *Jornal da Câmara* que a casa aprovou a participação estrangeira nas empresas de comunicação do Brasil, mostrando o novo texto da emenda, dizendo que a proposta de emenda constitucional seguiria agora para o Senado. No *Jornal Nacional*, o assunto mereceu apenas uma nota seca, com a resolução da Câmara, resumindo brevemente o texto.

No dia 26 de fevereiro, terça-feira, o papa João Paulo II anunciou a canonização de madre Paulina, a primeira santa do Brasil. O assunto foi destaque em todos os meios de comunicação. Na *Voz do Brasil*, deputados e senadores comentaram a canonização. Já a *Folha de São Paulo* e o *Jornal Nacional* deram mais destaque para a vida e a obra de madre Paulina, bem como a repercussão do fato nas cidades onde ela viveu.

A *Folha de São Paulo* dedicou, no dia 27, uma página inteira do caderno *Brasil* à canonização, que foi chamada de primeira página. Os textos (uma matéria e três retrancas) enfatizam os milagres atribuídos à madre Paulina e a fé de seus devotos, como Eluiza Rosa de Souza, que recebeu o primeiro milagre da futura santa reconhecido pelo Vaticano e Natalício Manuel Gonçalves, devoto que recebeu uma graça. A matéria

principal tratou, além da canonização propriamente dita, da vida de madre Paulina e da comemoração do anúncio, tanto por parte da postuladora da causa quanto por parte de familiares de madre Paulina e dos moradores da cidade onde ela viveu.

Na *Voz do Brasil*, o *Jornal da Câmara* registrou o anúncio da canonização através de pronunciamento do deputado Renato Viana, do PMDB de Santa Catarina. O deputado Mauro Benevides, do PMDB do Ceará, aproveitou para destacar que o Vaticano também analisa a possível beatificação de Padre Cícero. No dia seguinte, o noticiário voltou ao assunto lembrando a vida de madre Paulina, parabenizando a Congregação das Irmãzinhas da Imaculada Conceição, fundada pela beata, e as pessoas que trabalharam pela sua canonização.

No *Jornal Nacional*, a canonização rendeu duas matérias no dia de seu anúncio. A primeira, diretamente da Itália, falava sobre a decisão do Vaticano, sobre o milagre que possibilitou a canonização, sobre o trabalho da postuladora da causa de madre Paulina e sobre um pouco de sua vida na Itália, onde nasceu e no Brasil, onde realizou sua obra. A outra, produzida aqui mesmo, mostrou a reação da população em Nova Trento, onde madre Paulina viveu e fundou a sua congregação. Falou também sobre a vida da futura santa, valorizando seu sofrimento e renúncia.

A semana ainda foi pautada pela votação da emenda constitucional que previa o fim da CPMF para as transações nas

bolsas de valores e pela apresentação do plano de segurança pública do PT.

O fim da cobrança da CPMF nas bolsas de valores e a prorrogação da cobrança até 2004 para as demais áreas era algo almejado há muito tempo e discutido em diversos setores do governo. O assunto foi tema de discussões calorosas no Congresso Nacional. Na *Voz do Brasil* de segunda-feira, o deputado Arnaldo Faria de Sá condenou a prorrogação da CPMF, dizendo que o tributo passou de provisório a permanente, criticando a isenção para as bolsas. Outros afirmaram que o imposto penalizava o comércio e criticaram a prorrogação da cobrança como forma de suprir a perda de arrecadação com a diminuição de outros, como o Imposto de Renda. No dia seguinte, o *Jornal da Câmara* registrou a aprovação da emenda, tanto para a prorrogação quanto para a isenção da cobrança nas bolsas de valores. E na sexta-feira, dia primeiro, com a matéria devidamente encaminhada ao Senado Federal, o *Jornal do Senado* registrou as primeiras discussões sobre o tema.

A primeira, que mereceu manchete, foi a decisão do governo de retirar o caráter de urgência da votação nas alterações da Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, para agilizar a votação da emenda da CPMF. Segundo a matéria, a atitude era estratégica, pois o governo tinha interesse em ver a prorrogação aprovada até o dia 18 de março. A segunda foi a manifestação de apoio por parte dos senadores Fernando Bezerra e

José de Alencar ao fim da cobrança do impostas para as transações nas bolsas de valores.

A *Folha de São Paulo* destacou em dois de março a manobra do governo para agilizar a votação da prorrogação da CPMF tirando o caráter de urgência da votação da alteração na CLT, afirmando que todo o dinheiro gasto pelo governo em publicidade para pressionar o Senado pela aprovação da reforma foi em vão. Apesar da *Voz do Brasil* ter afirmado que o governo retirou o caráter de urgência da emenda, o texto da *Folha* revela que isso foi feito informalmente, e que apesar de tudo o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, defendia a agilização da votação. Já o senador Pedro Simon, contrário às propostas da mudança, ironizou, dizendo que no ano seguinte o governo gastaria novamente o dinheiro com os lobbies para garantir a aprovação das mudanças na CLT.

A *Folha* registrou também a expectativa dos investidores em torno da votação do fim da CPMF para as bolsas, mostrando na terça-feira a reação do mercado no dia anterior. Sobre a aprovação da emenda na Câmara, nada foi falado.

O *Jornal Nacional* destacava, antes mesmo da aprovação, que com a isenção o mercado de valores brasileiro ganharia fôlego, se tornando mais competitivo e atraindo pequenos investidores. Destacou o ponto de vista de analistas e do presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Bovespa. Resumindo,

uma matéria sobre os possíveis reflexos da isenção do imposto na movimentação da Bovespa.

Sobre o anúncio do plano de segurança pública do PT, a *Voz do Brasil* apresentou duas matérias. Uma, no noticiário do Executivo de 27 de fevereiro, registrou a apresentação das propostas ao Ministro da Justiça, Aloysio Nunes Ferreira, destacando que existem muitos pontos em comum entre os planos da oposição e do governo. O ministro afirmou, em tom cordial, que o movimento em torno da segurança pública deveria superar as divergências partidárias. Já o *Jornal da Câmara*, que se mostrou extremamente preocupado com a questão da segurança, criando até uma vinheta para o tema e falando sobre ele durante toda a semana, registrou no dia primeiro de março o elogio do deputado Nelson Penegrini, do PT, ao plano do partido. Talvez uma das raras vezes em que a oposição teve mais espaço na *Voz do Brasil* que em alguns meios de comunicação, como veremos agora.

A apresentação do plano de segurança pública do PT apareceu na *Folha de São Paulo* apagado em meio à polêmica decisão do TSE. Uma coluna escondida no caderno *Brasil*, sem uma manchete de destaque, mostrou que os partidários do PSDB elogiaram o programa da oposição e reafirmando a posição do governo de que existem mais convergências que divergências entre as opiniões. No final, porém, o jornal relatou que apurou que no Palácio do Planalto aconteceram algumas críticas, por

exemplo, à proposta de vincular a Secretaria Nacional Anti-drogas ao Ministério da Justiça, considerada um retrocesso. No dia da apresentação, porém, a *Folha de São Paulo* dedicou uma matéria aos principais pontos do plano, explicando cada uma das propostas do partido de oposição para a segurança pública.

No *Jornal Nacional*, o lançamento das propostas da oposição também ficou apagado por uma nota coberta, destacando os principais pontos do projeto.

Completando a semana, o governo anunciou o fim do racionamento de energia. No dia primeiro de março, o noticiário do Executivo manifestou o elogio e agradecimento do governo a população, que colaborou evitando o agravamento da crise e o que deveria ser feito dali para frente para evitar situação igual em 2002. O ministro Pedro Parente, da Câmara de Gestão da Crise de Energia, destacou a necessidade de se evitar o desperdício. A *Folha de São Paulo* não comentou o assunto. O *Jornal Nacional* lembrou o fim do racionamento com uma pequena nota no final da edição de 28 de fevereiro. O fim nem de longe gerou o mesmo estardalhaço que o início do racionamento de energia.

5.3. **A *Voz do Brasil*, o *Jornal Nacional* e a *Folha de São Paulo***

Devemos levar em consideração que estamos analisando três veículos em meios distintos e com linguagens diferentes: rádio, TV e impresso. Enquanto os dois primeiros possuem características como o imediatismo e a o tratamento menos aprofundado dos temas, o outro se distingue por uma capacidade mais analítica e investigativa afinal não tem condições de concorrer com o rádio e a TV na questão temporal. No nosso caso, isso fica claro.

A *Voz do Brasil*, sendo um noticiário oficial do governo, recorre sempre às fontes oficiais e apresenta os temas sob essa ótica. O *Jornal Nacional* e a *Folha de São Paulo* têm mais possibilidades, embora nem sempre explorem esse aspecto. Exemplo disso é a constante recorrência destes meios a determinadas fontes, como líderes do Congresso Nacional e alguns ministros de destaque, especialmente os articuladores do governo. Na cobertura política nacional as autoridades são quase sempre as mesmas.

Nas duas semanas analisadas temos uma característica recorrente: se a *Folha* se aproxima mais da *Voz* nos assuntos em comum e no destaque dado a eles, o *Jornal Nacional* está mais próximo quando avaliamos sob o prisma da abordagem.

Podemos observar também um outro comportamento padrão: quando o assunto é decisão e discussão política, publicação ou aprovação de novas leis, as abordagens são muito semelhantes entre a *Voz do Brasil* e os demais meios de comunicação

estudados. Se for uma decisão que interfere na vida de muitas pessoas de modo significativo, eles se aproximam na explicação e variam ao abordar os reflexos na sociedade. Se o assunto for articulação política, por exemplo, para aprovar ou barrar um projeto, as angulações começam a se diferenciar, partindo para o registro na *Voz do Brasil*, e para o registro e análise na *Folha de São Paulo* e no *Jornal Nacional*. Se a matéria é algo externo ao governo, mas que pode gerar repercussão entre seus integrantes, as abordagens diferem totalmente entre os veículos convencionais e o noticiário oficial.

Vamos rever algumas questões que pautaram as semanas analisadas, classificando de acordo com os critérios acima e observando a abordagem. Devemos lembrar que um mesmo fato pode ser alvo de diferentes angulações.

Vejamos a questão do Código Florestal. Incluindo o tema no que caracterizamos como discussão e decisão política, o assunto foi tratado pelo *Jornal Nacional* praticamente com a mesma ênfase que a *Voz do Brasil*, se valendo inclusive das mesmas fontes. Já a *Folha de São Paulo*, que pouca importância deu ao assunto, resolveu abordá-lo sob o prisma das articulações, valorizou a posição do presidente, não se preocupando tanto com a votação ou com os protestos de ambientalistas em si, mas com a posição do governo contra a bancada ruralista e as atitudes que pretendia tomar caso o texto fosse aprovado. Como essa variação pouco foi explorada pelos noticiários em

questão, talvez tenha sido uma saída para não cair na mesmice.

Nessa mesma linha, temos a aprovação do Código de Ética da Câmara dos Deputados. Analisando como decisão política, *Voz do Brasil* e *Jornal Nacional*, na matéria de Delis Ortis, valorizaram aprovação e explicação dos principais pontos do texto. Da mesma forma o fez a *Folha de São Paulo*, ao explicar os pontos pendentes. Já Alexandre Garcia, voltado para as articulações que permitiram a aprovação do código, se preocupou mais em mostrar as manobras para chegar a tal ponto através da retirada de vários pontos polêmicos para discussão e votação posteriores.

Na questão da aprovação da emenda constitucional que limitou a edição de medidas provisórias, temos na *Voz da Brasil* a ênfase na decisão, registrando, como já foi mostrado, a aprovação, o novo texto e a opinião dos deputados. Como o governo editou, no mesmo dia, dez MP's, na *Folha de São Paulo* e no *Jornal Nacional* a decisão em si foi deixada em segundo plano, mas as referências a ela enfatizaram as mudanças. A questão principal, neste caso, foi a repercussão das novas MP's na vida cotidiana, por se tratar de uma decisão que influencia a vida das pessoas. Nesse caso, o que muda para as parcelas da população afetadas passa a ser o diferencial em relação à *Voz do Brasil*, que não se estende a esse tipo de análise.

Da mesma forma, a intenção do governo em isentar as bolsas de valores da cobrança de CPMF e a prorrogação do impostos para as demais movimentações financeiras até 2004 foi abordada de três formas: sob enfoque da decisão, da articulação e da influência. Em setembro, quando o governo fez o anúncio de sua intenção, todos os meios noticiaram a decisão da mesma forma, e isso também aconteceu na época da aprovação do projeto na Câmara do Deputados. Os jornais destacaram, por sua vez, o impacto que a prorrogação do imposto e, principalmente, sua isenção nas bolsas, teria para a Bovespa e a população. A articulação, por sua vez, aproximou *Folha de São Paulo* e *Voz do Brasil*, ao revelaram ambas que o governo havia retirado o caráter de urgência da votação das mudanças da CLT para agilizar a votação da prorrogação da CPMF. As duas deram destaque à manobra. Porém, a *Folha* vai além e, numa análise, revelou os prejuízos de tal atitude para os cofres do governo.

A respeito da decisão do TSE sobre as coligações únicas nas eleições de 2002 - assunto polêmico - temos mais uma vez a aproximação da abordagem quando citam a decisão, o desvio completo pelo diferencial da influência que tal atitude provocou no jogo da sucessão e a reaproximação da abordagem com relação às articulações dentro do Congresso para anular a resolução, dessa vez com destaque na *Voz do Brasil*, assim como nos demais meios.

Finalmente, podemos avaliar o anúncio da canonização de madre Paulina como uma notícia externa ao governo, mas com repercussão nele. Nesse caso, a *Voz do Brasil* se distancia completamente da *Folha de São Paulo* e do *Jornal Nacional*, uma vez que simplesmente registra o fato sob o ponto de vista do presidente, de senadores e de deputados, o que não cabe num noticiário não oficial.

O único fato que pareceu fugir à regra foi o anúncio do plano de segurança do PT. Apesar de ser um fato externo aos atos do governo, tinha um impacto significativo sobre este, já que trata de temas de sua competência. Embora tenha merecido mais destaque na *Voz do Brasil* e na *Folha* que no *Jornal Nacional*, a forma angulação foi muito próxima, enfatizando os pontos principais do plano e a opinião do governo. Ou seja, uma abordagem semelhante à dada às decisões do Planalto.

6. CONCLUSÃO

A *Voz do Brasil* mantém ainda o seu caráter oficialista, porém não é mais a mesma da época de sua criação ou do Regime Militar. Ela continua priorizando a visão oficial dos fatos, por vezes um tanto limitada pela necessidade de recorrer apenas às fontes oficiais.

Hoje, podemos dizer que a *Voz do Brasil* está isolada por um formato que agrada a poucos. Ao mesmo tempo tem ferrenhos defensores no Congresso Nacional e muitos outros inimigos querendo sua extinção ou flexibilização.

Comparando o noticiário oficial com outros meios de comunicação, vemos que não existe uma interação entre eles. Existe a abordagem de temas comuns, o que não significa que um seja pautado pelo outro. Salvo o noticiário da Câmara dos Deputados, que pela força do regimento interno deve relatar todos os pronunciamentos em plenário, o que cria debates interessantes em determinadas edições, os demais acabam por tocar em assuntos que estão sendo discutidos pelo povo. Os critérios de proximidade e interesse, especialmente, são levados em conta na seleção das pautas, como foi observado durante as conversas com os editores de cada bloco do programa. Por isso a semelhança nos assuntos. E mesmo o *Jornal da Câmara* reflete essa situação ao destacar, através dos discursos dos deputados, questões que estão sendo debatidas pela opinião pública.

Ainda que o interesse que um fato possa despertar no público seja um fator determinante na seleção das pautas, a *Voz do Brasil* peca ao ignorar as influências e as análises que ele vem a gerar, com exceção da entrevista diária no bloco do poder Executivo, que se preocupa com essa área quando o assunto permite. Por outro lado, talvez seja demais exigir de um noticiário oficial, especialmente em um veículo como o rádio, que aprofunde em questões de grande repercussão. É demais também exigir que ele seja um exemplo em matéria de radiojornalismo porque o sistema em que foi pensado tem as suas limitações.

A *Voz do Brasil* de hoje está mais moderna e mais agradável aos ouvidos. Evoluiu muito nas técnicas de produção, restando pouco do estilo monótono que lhe caracterizou. A oposição tem voz, destacando-se os blocos dedicados ao Legislativo e até mesmo o noticiário do Executivo não se inibe ao dar espaço a ela quando é possível, atitude inimaginável há alguns anos. O Judiciário, com um pequeno e muito recente espaço, deve resistir às ações pela declaração de inconstitucionalidade do programa, o que, somado ao apoio forte que o programa tem no Congresso Nacional, torna difícil o seu fim.

Estudar a *Voz do Brasil* é aventurar-se por um terreno pouco explorado. Existem um mito e um preconceito muito grandes em torno do programa. Os trabalhos acadêmicos disponíveis que possam servir de referência bibliográfica são raríssimos.

Por isso, esse trabalho foi um grande desafio. Para a maioria das pessoas, a *Voz do Brasil* trata-se apenas de um entulho inconveniente do Estado Novo.

No que se refere à história recente do programa, desde a posse de Fernando Collor até o atual governo de Fernando Henrique Cardoso, qualquer estudo torna-se praticamente impossível de ser encontrado. Na Radiobrás, os arquivos sonoros estão começando a ser organizados e também lá é difícil encontrar referências.

Quanto aos baixos índices de audiência que são atribuídos à *Voz do Brasil*, podemos levantar três justificativas. Devemos lembrar antes que este é um assunto cheio de controvérsias. Se por um lado seus defensores acreditam que os números para o rádio são extraordinários, por outro seus opositores acreditam ser um fiasco. As hipóteses seriam:

- existe uma tendência no Brasil em acreditar que tudo o que vem do governo ou de políticos é chato;

- existe um forte estigma em relação à *Voz do Brasil* como um noticiário oficial da Ditadura Militar. Há também os que acreditam que vão ligar o rádio e ouvir um locutor caricato de rádio, bem monótono. São geralmente pessoas que interiorizaram o clichê "é chato, é ruim, a qualidade sonora é péssima, vou desligar o rádio";

- a transmissão é obrigatória e tudo o que é obrigatório ou obrigação é inconscientemente desagradável

Ainda assim, a *Voz do Brasil* é um objeto de estudo fascinante por tudo que carrega consigo. Seu encanto está em registrar, com a mesma oscilação dos governos brasileiros, a história da República no Brasil a partir do momento em que começamos a caminhar para a nação que somos hoje. Foi no governo de Getúlio Vargas que o país começou a deixar o perfil agrário para o fortalecimento dos centros urbanos. Foi com ele também que as indústrias começaram a se fortalecer. Finalmente, foi através de suas políticas de comunicação que o rádio cresceu e se fortaleceu no Brasil. Ignorar a *Voz do Brasil* como parte integrante e ativa dessa história é um equívoco, mesmo que em vários momentos ela tenha sido conivente com o governo em vigor em sua cobertura. Tal fato não reduz o seu valor histórico. Ao contrário, enaltece, pois talvez seja este o único produto jornalístico que retratou, através dos tempos, a história do Brasil do ponto de vista de quem o governou, de forma confessa.

7. BIBLIOGRAFIA

APESAR do TSE, PMDB continua pró-Serra. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 mar. 2002, Caderno Brasil, p.A7.

BASE aliada esvazia reação do TSE; PT deve recorrer ao STF. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 mar. 2002, Caderno Brasil, p.A4.

BRASIL. Lei n. 4117, de 27 de agosto de 1962. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado n. 242, de 2001. Altera a Lei n. 4117, de 27 de agosto de 1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações. *Diário do Senado Federal*, p.28462, Brasília, 14 nov. 2001.

CÂMARA aprova Código de Ética Parlamentar. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 set. 2001, Caderno Brasil, p.A6.

CAMPOS, Flávio, MIRANDA, Renan Garcia. *Oficina de história*: história integrada. São Paulo: Moderna, 2000.

CONFLITO com PM marca ato em Santa Catarina. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 set. 2001, Caderno Brasil, p.A5.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto:* a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

DE ITAMAR Franco a FHC. http://www.historial.ig.hpg.br.

DECISÃO do TSE é quase golpe, diz Roseana. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2002, Caderno Brasil, p.A8.

DEL BIANCO, Nélia R., MOREIRA, Sônia Virgínia (orgs.). *Rádio no Brasil*: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro: EdUERJ; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999. 232p. (Coleção GT'S INTERCOM n.8)

DISTANTE realidade, A. http://www.estado.estadao.com.br. Editorial, 15 set 2001.

EMBAIXADOR defende acordo espacial. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 set. 2001, Caderno Brasil, p.A10.

ENTULHO do Estado Novo. http://www.observatoriodaimprensa.com.br. Editorial, copyright O Estado de São Paulo, 19 jan 2002.

FALTA de dados do FGTS pode dar multa de R$3 bi aos bancos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 mar. 2002, Caderno Dinheiro, p.B3.

FEDERICO, Maria Elvira . *História da Comunicação*: rádio e TV no Brasil. Petropólis: Vozes, 1982.

FHC ameaça vetar a alteração do código. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 set. 2001, Caderno Ciência, p.A11.

FHC edita número recorde de medidas provisórias. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 set. 2001, Caderno Brasil, p.A4.

FHC muda as leis da casa prória, da conta de luz e da aposentadoria. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 set. 2001, Caderno Dinheiro, p.B1.

FHC troca de lema e diz que quer “exportar para viver”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 set. 2001, Caderno Brasil, p.A4.

FHC valizou decisão do TSE que, em tese, beneficia Serra. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2002, Caderno Brasil, p.A4.

GOVERNO decide isentar Bolsas de CPMF. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 set. 2001, Caderno Dinheiro, p.B5.

“GRITO” da CNBB leva 90 mil a Aparecida. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 set. 2001, Caderno Brasil, p.A5.

IMÓVEL pode ter reajuste todo mês pela inflação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 set. 2001, Caderno Dinheiro, p.B3.

INVESTIDOR fica à espera do fim da CPMF. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2002, Caderno Dinheiro, p.B6.

IORIO, Vitor, MARQUES, Joseti, BRAGA, Willian Dias. *As origens da análise de discurso.* Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1995 (Trabalho apresentado no curso de pós-graduação)

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 1 de março de 2002.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 1 de março de 2002.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 25 de fevereiro de 2002.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 25 de fevereiro de 2002.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 26 de fevereiro de 2002.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 26 de fevereiro de 2002.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 27 de fevereiro de 2002.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 27 de fevereiro de 2002.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 28 de fevereiro de 2002.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 28 de fevereiro de 2002.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 4 de setembro de 2001.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 4 de setembro de 2001.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 5 de setembro de 2001.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 5 de setembro de 2001.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 6 de setembro de 2001.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 6 de setembro de 2001.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 7 de setembro de 2001.

JORNAL NACIONAL, Rio de Janeiro, Rede Globo, 7 de setembro de 2001.

LEÃO amplia vigilância sobre contribuintes. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 set. 2001, Caderno Dinheiro, p.B4.

LIBERDADE na Voz do Brasil. *Estratégia atual da campanha.* http://www.radioeldoradoam.com.br.

MAIORIA dos projetos no Congresso mantém a *Voz*. *Rádio & TV*, snt, p.13.

MATELLART, Armand e Michèle. *História das Teorias da Comunicação.* São Paulo: Loyola, 1999.

MEDITSCH, Eduardo. *O rádio na era da informação:* teoria e técnica do novo radiojornalismo. Florianópolis, Insular, Ed. da UFSC, 2001.

MINISTROS do TSE divergem sobre normas de vinculação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 mar. 2002, Caderno Brasil, p.A5.

MOREIRA, Sônia Virgínia. *O rádio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

MUDANÇA de regras provoca corrida por MPs. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 set. 2001, Caderno Brasil, p.A5.

NETO, Antônio Rosa. *"A Voz do Brasil" é a voz que não queremos ouvir.* http://www.cidadeinternet.com.br. 19 nov 2001.

NO "BRAZIL Day", Malan diz que país cresce 2,2% neste ano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 set. 2001, Caderno Dinheiro, p.B3.

PACTO informal une PSDB, PT e PMDB a favor do TSE. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 mar. 2002, Caderno Brasil, p.A4.

PAPA anuncia primeira santa do Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 fev. 2002, Caderno Brasil, p.A10.

PARA analistas, TSE desestabiliza sucessão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2002, Caderno Brasil, p.A11.

PARADOXO da miséria, O. *Veja,* São Paulo, 23 jan. 2002, p.82-93

PARECER de Gandra prova que *Voz* é inconstitucional. *Rádio & TV*, snt, p.9.

PARTIDOS se unem contra a decisão do TSE. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2002, Caderno Brasil, p.A5.

PEROSA, Lílian Maria F. de Lima. *A Hora do Clique*: análise do programa de rádio *Voz do Brasil* da Velha a Nova República. São Paulo: Annablume, 1995.

PFL quer processo contra Jader antes de deixar comando. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 set. 2001, Caderno Brasil, p.A5.

PLANO do PT quer Agência Nacional de Segurança. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 fev. 2002, Caderno Brasil, p.A4.

PROCON-SP ainda vai avaliar novas regras. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 set. 2001, Caderno Dinheiro, p.B3.

PT é cético quanto a reversão da decisão e busca a esquerda. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 mar. 2002, Caderno Brasil, p.A6.

REFORMA da CLT fica parada até as eleições. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2 mar. 2002, Caderno Dinheiro, p.B3.

REGRA mais clara reduz riscos, diz construção. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 7 set. 2001, Caderno Dinheiro, p.B3.

TASSO faz as pases com o presidente. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 4 set. 2001, Caderno Brasil, p.A4.

TEBET diz a STF que Congresso reagirá. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 mar. 2002, Caderno Brasil, p.A4.

TSE vira o jogo "de pernas para o ar", diz Serra. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 mar. 2002, Caderno Brasil, p.A6.

TUCANOS elogiam programa de Lula. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 fev. 2002, Caderno Brasil, p.A13.

VOZ DO BRASIL, Brasília, Radiobrás , 1 de março de 2002.

VOZ DO BRASIL, Brasília, Radiobrás , 26 de fevereiro de 2002.

VOZ DO BRASIL, Brasília, Radiobrás , 27 de fevereiro de 2002.

VOZ DO BRASIL, Brasília, Radiobrás , 28 de fevereiro de 2002.

VOZ DO BRASIL, Brasília, Radiobrás , 4 de setembro de 2001.

VOZ DO BRASIL, Brasília, Radiobrás , 5 de setembro de 2001.

VOZ DO BRASIL, Brasília, Radiobrás , 6 de setembro de 2001.

VOZ do Brasil obrigatória pode estar perto do fim. *Rádio & TV*, snt, p.7.

ZAREMBA, Lílian, BENTES, Ivana (org). *Rádio Nova*, constelações da radiofonia contemporânea. Rio de Janeiro: Publique, 1999.